

Meirelles é elo de ligação das quadrilhas PMDB e PT combinam ignorar na CPI propina da JBS a Temer e Lula



Oscilando no fundo do poço, emprego formal aumenta 0,09%

A geração de empregos com carteira assinada foi praticamente nula em agosto, segundo o CAGED do Ministério do Trabalho, que registrou uma variação de 0,09% (35.457 pessoas empregadas) em relação a julho. Este sensacional aumento de 0,09% no emprego ocorreu sobretudo no setor de serviços. Dos 35 mil empregos, nada menos que 23.299 foram nesse setor. Em doze meses, houve redução de -1,4% no número de pessoas empregadas (menos 544.658 pessoas). **Página 2**



Corruptos testam a paciência do povo usando a Câmara dos Deputados para atacar ação da Justiça e Polícia Federal

A CPI Mista da JBS excluiu a convocação de políticos para depor – inclusive Geddel, Lula e Cunha. Foi excluída, também, a convocação de Henrique Meirelles, presidente do Conselho de Administração da JBS quando esta distribuía propina para três presidentes, ministros, deputados, senadores e partidos governistas. Por pacto entre o PMDB e o PT, a CPI irá investigar a equipe do ex-procurador Rodrigo Janot. Ao invés de investigar os que receberam propina da JBS para que esta assaltasse o dinheiro do povo, PT e PMDB pretendem atacar aqueles que investigaram e denunciaram os ladrões. Segundo o deputado Marun (PMDB-MS), assecla de Cunha e Temer – e relator da CPI – o que une os dois partidos é a “afinidade de objetivos”. Aproveitando essa “afinidade”, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) reivindica para seu partido a vice-presidência da CPI. **Página 3**

Odebrecht revela os emails da propina paga ao Instituto Lula



Marcelo Odebrecht entregou documentos que comprovam a propina de R\$ 4 milhões ao Instituto Lula, debitados de um total de R\$ 15 milhões da planilha “Italiano”, feita pelo Setor de Operações Estruturadas, o departamento de propina da empreiteira. O empreiteiro entregou à PF e-mails e notas fiscais que confirmam também as declarações de Palocci, que revelou as propinas da Odebrecht. **Página 3**



Eunício insiste em fazer Fundão de R\$ 1,3 bilhão para cevar nas eleições partidos da Lava Jato

Diante da reação contra a retirada de recursos das emendas, que vão para saúde e educação, Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Senado, outro investigado pela Operação Lava Jato, defende que o fundo eleitoral

seja abastecido com 30%, e não 50% dos valores previstos para as emendas impositivas de bancada, que é a proposta de Romero Jucá (PMDB-RR). Com a proposta de Eunício, o valor cairia para um terço e ficaria em R\$ 1,32 bilhão. **P. 3**

Seis maiores bilionários no Brasil têm a mesma riqueza que 100 milhões mais pobres

Jorge Paulo Lemman (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Herrmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) têm juntos uma fortuna equivalente a R\$ 277 bilhões, a mesma quantidade



população brasileira mais pobre somada. **Página 4**

Franceses contra corte de direitos por lei de Macron

As manifestações voltaram a lotar as ruas com centenas de milhares de trabalhadores e jovens em

mais de 90 cidades contra o ataque aos direitos. Cartazes denunciavam Macron: “lulu dos patrões”. **Pág. 6**

Petroleiros não aceitam proposta de arrocho salarial

Quadrilha do Temer promove genocídio

FERNANDO SIQUEIRA*

A reforma trabalhista elimina direitos, garantias e poder de negociação dos trabalhadores. Terceirização, dispensa em massa, trabalho intermitente, negociado prevalecendo sobre o legislado, ou seja, precarização generalizada contra o trabalhador.

A PEC 241 da paralisia congela por 20 anos os investimentos do governo. Essa PEC faz com que não haja investimentos na saúde, na educação, na segurança e na infraestrutura, além do que gera um crescente desemprego. Assim, as pessoas morrem de fome, ficam doentes com o stress e não têm para onde recorrer para cuidar de sua saúde. Enfrentam filas cada vez maiores nos hospitais públicos, o que cria um círculo vicioso: stress, doenças psicossomáticas e ausência de saúde e segurança.

O mais perverso é que esse genocídio se dá de forma lenta e gradual, aumentando o sofrimento das pessoas mais pobres e desamparadas, ao mesmo tempo em que o desemprego e a falta de investimentos transformam a classe média em mais pobres e desamparados.

A quadrilha que está no poder não pensa em momento algum na população, em um projeto nacional. Antes só pensavam em enriquecer, entregar as riquezas do país em troca de propinas (por sorte deles ainda não existe a operação car wash, ou a lava jato internacional). Agora trabalham para manter os privilégios e freneticamente para não ir para a cadeia. Assim, o país mais rico e mais viável do planeta retorna à década de 1930 caminhando para uma condição de colônia dos países hegemônicos.

Outra frente de ataques à população é a reforma da Previdência. Ela consome 22% do Orçamento da União e beneficia 100 milhões de brasileiros. E 56% desse montante retorna imediatamente aos cofres públicos na forma de impostos sobre o consumo e outros. Enquanto isso, os gastos com juros amortizações da dívida, que na verdade é uma rolagem de uma dívida que já foi paga dezenas de vezes, consomem metade do Orçamento da União e beneficiam meia dúzia de banqueiros.

Antes mesmo de concluir o saque à Previdência Social, já miram nos R\$ 810 bilhões que circulam entre os fundos fechados de previdência. Os bancos não podem tolerar isso. E os banqueiros Henrique Meirelles, sócio do Banco Original, e Ilan Goldfajn, executivo do Itaú, comandam a economia drenando os recursos do país para os seus bancos. E o que o presidente da AEPET, Felipe Coutinho, chama de “porta giratória”, ou seja, nos bancos eles são executivos, no governo se tornam executores.

PETROS

A última novidade é o massacre nos participantes dos fundos de pensão. No caso Petros, por exemplo, uma plêiade de apaniguados do governo promove uma farrá de maus investimentos que, segundo alguns delatores, geraram propinas e até apartamentos nos Estados Unidos. Gestão temerária, corrupção, maus investimentos e não cobrança das dívidas das patrocinadoras levaram o fundo a um prejuízo de R\$ 27 bilhões.

O Conselho Fiscal, por conta desses desmandos, rejeita as contas há 14 anos, mas o conselho deliberativo, que é nomeado pela Petrobras para defender seus interesses, não só aprova as contas, como abona as atitudes dos maus gestores. Recentemente, o Conselho Deliberativo, com o voto da patrocinadora, aprovou um plano de equacionamento contra o voto dos conselheiros eleitos, e que estenderá o genocídio aos participantes do fundo de pensão.

Um trabalhador aposentado que fez a grandeza da Petrobrás, tem no final da sua vida a triste notícia de que passará a pagar cerca de 40% do seu benefício para cobrir a dívida gerada pela gestão temerária sem ter tido direito de se defender, inclusive impedido de eleger dois diretores conforme acordado entre Petros, Petrobras e FUP no acordo espúrio que perdouu 50% da dívida da Petrobras, reconhecida por perícia judicial.

O que não podemos permitir é que essa quadrilha permaneça no poder, se locupletando a cada dia, e que dê vazão àquela previsão sinistra e tenebrosa “o que nós temos que ‘Temer’ é que o Brasil vá de ‘Maia’ a pior”. Basta de corrupção! Basta de político safado! O povo brasileiro não merece.

**Fernando Siqueira é vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)*

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Nilson Araújo: tirar 50 bi do BNDES é crime contra a economia nacional

Meirelles oferece Correios a gringos e sai corrido por brasileiros em N.Y.

Em Nova York para oferecer o Brasil aos estrangeiros, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou que o governo já estuda a viabilidade da privatização dos Correios.

"[A privatização] é uma coisa que estamos estudando com bastante profundidade, com muito cuidado", disse a jornalista na quinta-feira (21). "Existem outros países que fizeram isso, e foram bem sucedidos", declarou.

Questionado sobre a possível privatização da Infraero, o ministro afirmou que só não entrega a empresa pública de vez, porque ela administra “muitos aeroportos no interior que são deficitários”, o que não provoca interesse dos investidores.

Meirelles, que é ex-presidente do Conselho Consultivo da JBS, aproveitou a oportunidade para propagandear a “superação da recessão” que, no entanto, não se confirma pelos dados econômicos e pelas filas de desempregados que se formam quando uma ou duas vagas de trabalho é anunciada. Até mesmo a projeção dele para o crescimento do PIB em 2017, de míseros 0,7%, contraria os argumentos.

"O fato concreto é que, de fato, está havendo uma revisão para cima. Esse 0,7% está começando a se tornar um consenso. Em alguns casos até quase como um piso das projeções", afirmou.

“BANQUEIRO LADRÃO”

Meirelles, que foi convidado pelo PSD para disputar a Presidência em 2018, reafirmou o seu empenho em aprovar as reformas da previdência e trabalhistas, pois “a pior coisa seria um governo começar tendo que enfrentar uma reforma da previdência”.

Segundo ele – que nega estar em campanha – sua candidatura recebeu muitas manifestações de apoio durante o evento com os investidores.

"Isso sempre existe [manifestações de apoio], não só aqui como em outros locais por onde vou, no Brasil, sempre existe alguém manifestando apoio", afirmou.

Na rua, contudo, as manifestações expressaram o contrário. Alguns vídeos que circulam na internet mostram Meirelles sendo hostilizado por brasileiros nas ruas de Nova York que o chamaram de “cana-lha”, “banqueiro ladrão” e “rato”.

Supremo julga pedido da PGR para prisão preventiva de Aécio Neves

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal (ministros Marco Aurélio Mello, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes) deverá julgar nesta terça-feira, 26, um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo a prisão preventiva do senador Aécio Neves (PSDB-MG), no caso do pagamento de R\$ 2 milhões de propina pela J&F.

Os ministros analisarão antes um pedido da defesa de Aécio que quer levar o julgamento para o plenário da Corte, alegando que o pedido de prisão de um senador é algo “da mais alta relevância e grava-



Reprodução

Geração de emprego com carteira assinada em agosto é praticamente nula: 0,09%

A geração de empregos com carteira assinada foi praticamente nula em agosto, segundo o Cadeastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, que registrou uma variação de 0,09% (35.457 pessoas empregadas) em relação a julho. Em doze meses, houve redução de -1,4% no número de pessoas empregadas (menos 544.658 pessoas).

Este sensacional aumento de 0,09% no número de empregos ocorreu sobretudo no setor de serviços, no qual o emprego variou 0,14%. Dos 35 mil empregos, nada menos que 23.299 foram nesse setor.

O que esses números mostram é que o emprego – e o país – permanece estagnado no fundo do poço.

C.L.

Planalto submete o preço do gás de cozinha ao “mercado” internacional e preço dispara

O gás de cozinha para uso residencial sofreu um novo aumento nos preços – dessa vez de 6,9% - a partir da terça-feira (26). A decisão, anunciada pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (Gemp) da Petrobrás, dirigida por Pedro Parente, terá grande impacto no preço dos botijões de até 13 kg, ou seja, aqueles consumidos pelas famílias.

Esse é o segundo reajuste no preço do gás somente em setembro. No início do mês, o preço do botijão já havia sofrido alta de 12,2% - justificada pelos impactos das tempestades na principal região exportadora do produto, além “de uma situação de baixa oferta”.

O novo aumento, que deve ser repassado integralmente aos consumidores, terá impacto de cerca de R\$ 1,55 a mais no preço do botijão, se forem

mantidas as margens de distribuição e revenda, além das alíquotas dos tributos.

“Este reajuste repassa a variação de preços do mercado internacional apresentada ao longo de agosto conforme política anunciada pela companhia”, afirmou a Petrobrás em nota na segunda-feira (25).

Apesar das justificativas de que o gás no Brasil é comercializado a um preço muito abaixo da média internacional, as famílias costumam pagar, por um botijão de 13 kg, entre 60 e 75 reais – o que, para os mais pobres, significa um enorme desfalque no orçamento. Em uma situação de desemprego crescente e arrocho salarial, a decisão de elevar ainda mais o preço do botijão de gás é mais um golpe do governo contra os trabalhadores.

“Única fonte de financiamento de longo prazo para a compra de máquinas e equipamentos é exatamente o BNDES”, afirma o economista

O BNDES confirmou a transferência antecipada para o Tesouro Nacional de mais R\$ 50 bilhões referentes a empréstimos tomados pelo banco de fomento entre 2008 a 2014, segundo informou o diretor de finanças do banco, Carlos Thadeu de Freitas, na quinta-feira (21).

No final do ano passado, Meirelles, ministro da Fazenda de Temer, exigiu a devolução de R\$ 100 bilhões, que foram usados para pagamento de juros aos bancos.

Segundo Freitas, dos R\$ 50 bilhões, R\$ 33 bilhões serão transferidos ao Tesouro nesta semana e os outros R\$ 17 bilhões no mês que vem. O governo quer uma antecipação de R\$ 180 bilhões. Quanto aos R\$ 130 bilhões restantes, ainda não há definição.

O economista e professor Nilson Araújo de Souza, em entrevista à rádio Independência Brasil denunciou essa iniciativa como “um verdadeiro crime contra a economia nacional”. “A única fonte de financiamento de longo prazo para a compra de máquinas e equipamentos que as empresas brasileiras têm é exatamente o BNDES. Os bancos privados financiam empréstimos de curto prazo. Quem financia o longo prazo é o BNDES”.

Nilson esclarece ainda que as principais fontes de financiamento do banco são o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e o Tesouro Nacional e que “se o Tesouro tira o recurso que tinha colocado lá, o BNDES fica com muito pouco recurso para financiar a atividade produtiva”.

Ele lembra que desde sua fundação em 1952 o BNDES funcionou efetivamente como um banco de fomento. O desvirtuamento desse objetivo ocorreu no governo FHC, que, para fazer as privatizações das

Para empresários, governo compromete investimentos

Lideranças de setores ligados à infraestrutura criticaram a decisão do governo Temer de exigir a devolução de recursos do BNDES ao Tesouro.

Para José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e diretor do departamento de Competitividade e Tecnologia da entidade, “para resolver um problema fiscal, o governo está comprometendo a capacidade de investimentos. Se não tiver recursos para induzir a melhora na infraestrutura e na modernização da indústria, o país não voltará a crescer e comprometerá a arrecadação no futuro”.

“Quem vai financiar a infraestrutura? O setor privado? Quem vai financiar a retomada da in-

empresas públicas, passou a financiar multinacionais com recursos do banco. Ou seja, FHC passou a usar dinheiro do BNDES para garantir recursos às multinacionais para que elas comprassem nossas estatais sem desembolsar um tostão com recursos próprios.

Nos governos de Lula e Dilma, o governo passou a destinar vultosos recursos para a falida política de criação de transnacionais brasileiras. Um exemplo disso é a Odebrecht e a JBS. Agora, o governo Temer parece querer o desmonte final do BNDES, o que significa comprometer a capacidade do país se desenvolver.

Para o professor, “o governo já tinha tomado uma decisão errônea, que é muito ruim para a atividade econômica, que foi o fim da TJLP, transformada em TLP, vinculando-a com taxa Selic, que é taxa de curto prazo”. Os empresários não vão investir em máquinas e equipamentos, ou melhor, em investimentos de longo prazo, com uma taxa de juros comandada pela taxa Selic, que é de curto prazo.

“O resultado é comprometer ainda mais a situação da economia que já está ruim e segue estagnada. De um lado o crescimento do produto interno bruto só cresceu 0,1% em julho, e 0,1% é o mesmo que zero. A formação bruta de capital fixo, que é o investimento em capacidade produtiva, caiu no trimestre anterior e seguiu caindo nesse trimestre em menos 4,5%. E o governo, com essas decisões de acabar com a TJLP e de tomar de volta os recursos do BNDES, reduzindo a capacidade de fomento do banco, vai comprometer, não só a capacidade de reação da economia do país na atualidade, como inviabiliza qualquer projeto futuro de desenvolvimento autônomo”.

Para empresários, governo compromete investimentos

dústria? As empresas não têm capacidade de investimento para sustentar esse crescimento que o Brasil necessita. Estão colocando o BNDES em um papel secundário no desenvolvimento do país”, declarou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base e Infraestrutura (ABDIB), Venilton Tadini.

Bruno Batista, diretor executivo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), acredita que “essa queda de braço entre a Fazenda e o BNDES pode representar uma perda ainda maior para o país”.

Para José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), sem recursos para investimentos, “vamos ter um voo de galinha”.

Fachin libera para julgamento denúncia contra Renan Calheiros

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE) e Paulo Twiaschong, executivo da empresa Serveng, fornecedora da Petrobrás, também são alvos da denúncia.

O Supremo marcou para o dia 10 de outubro o julgamento da ação. Caso a segunda turma do STF (formada por

Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski) aceite a denúncia será a segunda ação penal a tramitar na Corte contra o senador.

Segundo a PGR, Renan e Aníbal Gomes são suspeitos de receber propina no valor de R\$ 800 mil, disfarçada de doações eleitorais, para viabilizar um contrato da empresa Serveng Civilsan com a Petrobrás. Renan e Aníbal teriam atuado para manter Paulo Roberto Costa na diretoria de Abastecimento da Petrobrás, em troca o ex-diretor agiu para manter os contratos da Serveng com a estatal.



Nova procuradora-geral da República Procurador de Dodge se demite após confabular com advogada da JBS

A equipe da nova procuradora-geral da República, Raquel Dodge, sofreu um abalo com a demissão do procurador regional da República, Sidney Pessoa Madruga, que deixou o cargo de coordenador do Genafe (Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral) na sexta-feira (22).

Madruga pediu para sair do cargo e da equipe de Dodge após ser flagrado tramando com Fernanda Tórtima, advogada que participou da negociação da colaboração premiada da JBS. Segundo reportagem do jornal “Folha de S. Paulo”, Madruga mencionava na conversa para Fernanda possível investigação contra Eduardo Pelella, ex-chefe de gabinete de Rodrigo Janot.

O jornal diz que captou a conversa do procurador num restaurante sem identificar quem era a interlocutora de Madruga, o que só aconteceu no dia seguinte.

Eunício insiste na criação do Fundão para eleger corruptos

Os parlamentares investigados pela Lava Jato tentam de tudo para permanecer com seus mandatos. Sem a reeleição, eles sabem que cairão nas garras da justiça de Curitiba. Para isso, criaram o “distritoão”, que enfraquece os partidos e favorece quem já tem mandato, mas não deu certo. Inventaram o “fundão”, do Vicente Cândido (PT-SP), que substituiria propina por dinheiro público. Repudiados pela opinião pública, recuaram. Mas, não desistiram. Continuam manobrando para substituir propina por dinheiro do contribuinte.

Agora a trama está no senado. O pré-pesidiário Romero Jucá (PMDB-RR), quer destinar, no mínimo, 50% dos recursos das emendas parlamentares de bancada, da Lei Orçamentária Anual, para o tal fundo, que passaria a financiar as campanhas. Diante da reação contra a retirada de recursos das emendas, que vão para saúde e educação, Eunício Oliveira (PMDB-CE), outro investigado, defende que o fundo eleitoral - que abastecerá com quase 80% de seu valor os três partidos que mais roubaram, PMDB, PT e PSDB - seja abastecido com 30%, e não 50% dos valores previstos para as chamadas emendas impositivas de bancada.

Vicente Cândido tinha definido que o fundo receberia cerca de R\$ 3,6 bilhões. Rejeitada a ideia do petista, eles inventaram esta outra fórmula que, recebendo 50%

das emendas parlamentares, garantiria o mesmo valor do “fundão” do Cândido. Não passou. O dinheiro sairia dos R\$ 4,4 bilhões previstos no orçamento para as emendas dos parlamentares. Ou seja, R\$ 2,2 bilhões viriam só dessas emendas. Com a proposta de Eunício, o valor oriundo das emendas cairia para um terço e ficaria em R\$ 1,32 bilhão.

Sem as propinas e sem uma definição sobre o fundo, os investigados da Lava Jato intensificam os conchavos. Eles já conseguiram emplacar a cláusula de barreira - que dificulta a renovação da vida política brasileira - e tentam agora, desesperadamente, chegar a um acordo sobre o fundão antes do final do prazo, que é no início de outubro, para poder valer já para as próximas eleições. Os ladrões vão para o tudo ou nada para se manter no cargo a todo custo e fugir do juiz Sérgio Moro.



Eunício Oliveira - PMDB

Deputado anuncia que vai ao Ministério Público denunciar Temer por compra de votos

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) afirmou que vai novamente ao Ministério Público denunciar Temer por compra de votos, tal como fez na primeira denúncia.

Segundo o deputado, no dia em que a Procuradoria Geral da República denunciou Michel Temer pela segunda vez, o governo liberou R\$ 65 milhões em emendas parlamentares.

Foi numa quinta-feira, 14 de setembro, o dia em que os deputados mais receberam dinheiro até agora durante o mês de setembro. O segundo dia em que houve mais pagamento de emendas foi 19 de setembro, um dia antes do Supremo Tribunal Federal concluir o julgamento que liberou o envio da denún-

cia para a Câmara.

“Os primeiros sinais do governo mostram que ele vai tentar repetir esse comportamento. Nós vamos denunciar ao ministério público e fiscalizar dia a dia. Lamentavelmente, tudo indica que o que o governo quer é garantir votos liberando emendas, algo inteiramente anti-republicano inclusive criminoso.”

Novamente, assim como na primeira denúncia, o Planalto articula troca de deputados na Comissão de Constituição e Justiça para tentar livrar Temer da admissão da denúncia na Câmara. Jorginho Mello, do PR, e Exedito Netto, do PSD, que votaram contra Temer, estão na mira e podem ser substituídos.

PT e quadrilha de Temer na CPI da JBS agem contra Lava Jato



Carlos Marun (da tropa de Cunha, agora de Temer) é o relator da CPMI

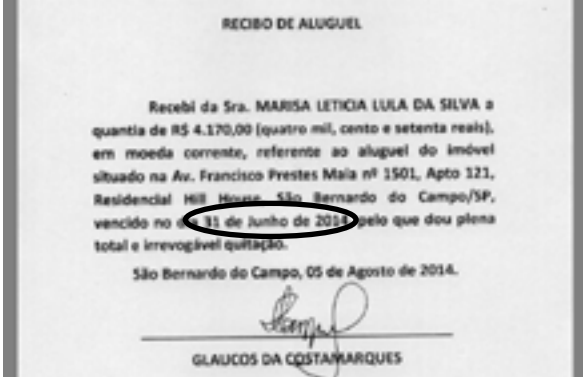
Lula apresenta recibos com datas de 31 de junho e 31 de novembro

Pelo menos duas das cópias do que parecem ser de recibos de aluguel de um apartamento que é usado pela família de Lula e em São Bernardo do Campo apresentam “datas” curiosíssimas: um venceu em 31 de junho de 2014 e outro em 31 de novembro de 2015.

A defesa de Lula apresentou ao juiz Sérgio Moro essas cópias na segunda-feira (25). Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o apartamento pertence a Lula e foi dado a ele pela Odebrecht como pagamento de propina.

Os supostos recibos registram recebimento da falecida Dona Marisa Leticia Lula da Silva valores do aluguel e estão assinados por Glaucos da Costamarques, que comprou o apartamento em 2010. Glaucos também réu nesse processo e é primo do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula.

A defesa de Lula entregou 26 cópias de recibos, com datas entre 2011 e 2015, que eles dizem ser os recibos localizados até agora. Só de 2015 são



dez cópias de recibos. Os valores vão de R\$ 3.500 a R\$ 4.300. Segundo os procuradores da Lava Jato, Glaucos serviu de laranja da Odebrecht e de Lula no negócio e o contrato de aluguel foi falsificado para esconder que o imóvel é de Lula.

Em depoimento a Sérgio Moro, Glaucos disse que só recebeu pelo aluguel em 2015, após a prisão de seu primo José Carlos Bumlai. Segundo ele, os “pagamentos” só foram em registros no imposto de renda, mas que nunca recebeu efetivamente, antes de 2015. Ele garantiu também que em nenhum momento

recebeu os atrasados.

No depoimento de Lula do último dia 13, em Curitiba, Moro cobrou Lula pela falta de comprovantes do pagamento do aluguel. Lula não soube explicar e disse apenas que “devem ter recibos” e que iria checar com o contador. A falta de recibos embaraçou Lula e sua defesa.

O advogado João Mestieri, que representa Glaucos da Costamarques, declarou afirmou que vai analisar os documentos apresentados pela defesa de Lula. De acordo com ele, o cliente não fez nada de irregular, segundo reportagem do Jornal Nacional/Globo.

Odebrecht prova com documentos propina de R\$ 4 milhões destinada ao Instituto Lula

Marcelo Odebrecht entregou à Polícia Federal documentos que comprovam que doações feitas de maneira aparentemente oficiais ao Instituto Lula, na verdade, saíram mesmo do Setor de Operações Estruturadas, o departamento de propinas da empreiteira. Os documentos, segundo ele, só encontrados agora, são recibos do Instituto Lula num total de R\$ 4 milhões e um email trocado entre ele e Alexandrino Alencar com cópia para Hilberto Silva, chefe do setor de propinas da empreiteira, em 26 de novembro de 2013.

O conteúdo do email de Marcelo anexado no final de agosto ao inquérito que investiga suspeita de propinas pagas ao Instituto Lula por meio de palestras do petista (via Lils Palestras e Eventos), fala por si mesmo: “Italiano disse que o japonês vai lhe procurar para um apoio formal ao Inst. de 4M (não sabe se tudo esse ano, ou 2 esse ano e 2 do outro). Vai sair de um saldo que o amigo de meu pai ainda tem comigo de 14 (coordenar com HS no que tange ao crédito) mas com MP no que tange ao discurso pois será formal”. Em outro

email de Hilberto Silva para Alexandrino, com cópia para Fernando Migliaccio, ele reclama que está tentando controlar a conta que, segundo ele, “está uma suruba”.

Marcelo apresentou também as cópias dos recibos de quatro parcelas da doação ao Instituto Lula, cada uma no valor de R\$ 1 milhão. “As cópias desses recibos foram extraídas do computador de Fernando Migliaccio (ex-executivo da construtora), com os impressos dos e-mails, o que corrobora que os valores foram efetivamente descontados da planilha Italiano, senão não haveria razão para estar de posse dele”, relator o empresário.

Migliaccio era um dos chefes do departamento de propinas da empreiteira. Em depoimento ao juiz Herman Benjamin, relator da ação contra a chapa Dilma Rousseff (PT), presidente, e Michel Temer (PMDB), vice, de 2014, ele confessou que chegou a entregar um total de R\$ 30 milhões em espécie num só dia. “(...) devido à pressão e à demanda, teve um dia que eu fiz 30 milhões. Então, a gente dividia em tranches para não passar de 500”, afirmou Migliaccio, ao

ministro do TSE.

O novo depoimento de Marcelo corrobora as informações que o ex-homem de confiança de Lula, Antônio Palocci, deu ao juiz Sérgio Moro, em seu depoimento ocorrido no dia 6 de setembro. O ex-ministro confessou a Moro ser o “Italiano”. Segundo Palocci, que está em processo de acordo de delação com a força-tarefa em Curitiba, Emílio Odebrecht, pai de Marcelo, e o ex-presidente selaram um “pacto de sangue” com repasses de R\$ 300 milhões ao PT, durante os governos Lula e Dilma Rousseff.

Marcelo decifrou as siglas do email. Segundo ele, “Japônês” correspondia a Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula. A palavra “inst”, disse, significava Instituto Lula e “4m” era uma referência ao valor de R\$ 4 milhões. Marcelo também afirmou que “HS” são as iniciais de Hilberto Silva, ex-executivo da empreiteira. Marcelo afirmou ainda que os pagamentos a Lula acertados com seu pai não se limitaram aos registrados no codinome “Amigo” do total de R\$ 15 milhões da planilha de propinas “Italiano”.

STJ nega recurso da defesa de Lula contra Moro

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou na quinta-feira (21) o pedido da defesa de Lula para tornar suspeito o juiz federal Sérgio Moro no julgamento do petista em casos envolvendo a Operação Lava Jato.

O ministro Felix Fischer manteve a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Segundo o entendimento do TRF4, os questionamentos da defesa lulista sobre manifestações de

Moro em textos jurídicos ou palestras de natureza acadêmica sobre corrupção não levariam ao reconhecimento de sua suspeição para julgar os respectivos procedimentos.

Em agosto, Felix Fischer já tinha recusado um pedido de habeas corpus da defesa de Lula que alegava parcialidade do juiz Sérgio Moro, responsável pelos inquéritos da Lava Jato na primeira instância. O ministro argumentou que o meio

processual escolhido pela defesa – um habeas corpus – não é adequado para pedir suspeição.

Fábio Motta/AE



Juiz federal Sérgio Moro

Foco da CPMI não é investigar os crimes da JBS, mas colocar os procuradores que denunciaram os crimes nos bancos dos réus

O PMDB e o PT consumaram acordo, na CPI Mista da JBS, para acobertar Temer, Lula e demais corruptos que abrigam em suas organizações criminosas - quer dizer, em suas siglas, e nas de seus satélites.

O pacto do PMDB e do PT na CPI da JBS, segundo o deputado Marun (PMDB-MS) - que, de tropa de choque do malsinado Cunha, se tornou tropa de choque do malsinado Temer (e relator da CPI) - é devido à “afinidade de objetivos” dessas quadrilhas, isto é, desses partidos.

A “afinidade” peto-pee-medebista está em impedir que se investigue - e até mesmo que sejam convocados a depor na CPI - todos os subornados pela JBS e em perseguir a equipe do ex-procurador geral da República, Rodrigo Janot, que fez a denúncia contra os corruptos do esquema, inclusive contra Temer.

Trata-se de acusar àqueles que denunciaram os ladrões. Ou, para ser exato, transformar os ladrões em acusadores dos acusadores - e estes em supostos réus na CPI.

Por conta desse pacto, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) reivindicou para o seu partido a vice-presidência da CPI.

O CASO

O caso da JBS é, provavelmente, um escândalo ainda maior que o da Odebrecht - e, aqui, não se trata de uma competição de quem subornou mais, de quem passou mais dinheiro para os corruptos. Nem mesmo de quem causou o maior dano ao país.

O escândalo, aqui, é a falta de pudor. Transformar uma grande construtora em um monopólio financeiro antisocial parece escandalizar menos do que transformar um matadouro em um truste - com dinheiro do Tesouro e dos trabalhadores, isto é, do BNDES - em apenas sete anos (2007-2014).

Que empresa teve como principal executivo o presidente do Banco Central de Lula e ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles, enquanto distribuía pelo menos R\$ 500 milhões em propina a três presidentes, ministros, deputados, senadores, partidos governistas - ao mesmo tempo que esfolava o povo com um monopólio da carne bovina que remeteu os preços para o espaço? Só a JBS.

A que empresa, ou grupo empresarial, algum governo forneceu R\$ 5,64 bilhões de graça - ou seja, comprando ações, como fez o governo do PT, e não por empréstimos - em apenas três anos (2007-2009)?

Somente à JBS.

Que grupo empresarial ou empresa dispendeu, **somente em doações eleitorais oficialmente declaradas**, a quantia de R\$ 361.741.374,50 (361 milhões, 741 mil, 374 reais e 50 centavos) na eleição de 2014?

Apenas a JBS.

Que empresa bancou a eleição de 167 deputados federais, 28 senadores e 179 deputados estaduais?

Outra vez, a JBS.

O RASTRO

A pretensão de todo ladrão - aliás, de todo criminoso - é acusar a polícia, o Ministério Público e a Justiça de estar, injustamente, perseguindo-o. Simplesmente porque todo criminoso quer cometer impunemente os seus crimes. Logo, se a polícia, os procuradores e promotores, e a Justiça, se opõem a isso, é porque o estão perseguindo.

Não é assim que Temer, Lula e outros se comportam? Não é isso o que eles falam? Tudo perseguição.

Porém, disseram alguns assessores palacianos, a CPI da JBS tem - ou deve ter, para eles - o objetivo de atacar a denúncia e as investi-

gações promovidas por Janot e sua equipe contra Temer.

Para isso não precisam de provas, até porque não têm nenhuma. Como diz o novo advogado de Temer: “tudo o que veio do ex-procurador-geral não merece crédito, não tem credibilidade”.

Por quê? Como pode alguma coisa não ter credibilidade apenas porque vem de Janot, sem nenhum exame de seu conteúdo?

Exatamente porque a questão, para eles, é evitar, desesperadamente, qualquer exame do conteúdo das denúncias, mais precisamente, das provas.

Como as provas existem - e eles não têm como contestá-las - querem pegar alguns problemas na forma como foram conduzidas as investigações, problemas que o próprio procurador Janot revelou com admirável honestidade, para tentar desmoralizar, através da difamação, o homem que revelou as provas.

EXCLUSÕES

Examinemos, outra vez, a CPI da JBS.

Até a última terça-feira a CPI votara 229 pedidos. Foram aprovadas 53 convocações para depoimentos - nenhuma delas era para Lula, Geddel, Dilma, Cunha ou qualquer outro prócer do gangsterismo político que tenha aparecido no processo da JBS. Os pedidos de convocação desses últimos foram excluídos da pauta de votação da CPI pelo pacto PMDB-PT.

Convidado a depor foi o procurador Janot - com a ameaça, do presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), de que quem não atender ao “convite” será “convocado”.

O procurador Eduardo Pelella, chefe de gabinete de Janot, foi “convocado”, assim como os delegados da Polícia Federal que chefiaram as operações Bullish, Greenfeld, Sepsis, Cui Bono, Carne Fraca e Tendão de Aquiles.

Foi incluído na pauta um requerimento para que a PF “compartilhe com a CPI os dados sob sigilo da Operação Lava Jato e da Operação Bullish”.

Disse o civilizado deputado Marun que o objetivo “é justamente investigar as circunstâncias em que foram celebrados os acordos de delação premiada e de leniência com o grupo JBS”.

Ou seja, a CPI não é para investigar a ação da JBS e dos que ela subornou, mas a ação dos procuradores para que as provas contra Temer, e o resto da oligarquia política, aparecessem.

Além dos donos da JBS, foram convocados os seus executivos.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protestou: “*mais de 60% dos requerimentos se referem à convocação de membros do Ministério Público e espero que esta CPMI não seja comandada pelo Palácio do Planalto*”, assim como o deputado João Gualberto (PSDB-BA): “*não convidar os políticos, como fez a CPI da Petrobrás, não pode acontecer. Não é possível aprovar esse plano de trabalho apenas para criminalizar o Ministério Público, sem convocar políticos*”.

O senador Randolfe denunciou a exclusão da pauta de votação da CPI de requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que era presidente do Conselho de Administração da JBS, durante o tempo em que se perpetraram os crimes.

Além de requerimentos relativos a Meirelles, ficaram de fora da pauta pedidos de convocação do ex-presidente Lula, da ex-presidente Dilma Rousseff e do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

CARLOS LOPES

5% mais ricos detêm a mesma riqueza que 95% dos brasileiros

Segundo estudo da Oxfam, seis pessoas têm juntas uma fortuna equivalente a R\$ 277 bilhões, a mesma quantia que metade da população brasileira somada

Seis brasileiros têm a mesma riqueza que os 100 milhões e mais pobres do país. É o que diz o estudo “A Distância que nos Une – Um Retrato das Desigualdades Brasileiras”, realizado pela Oxfam Brasil e divulgado nesta segunda-feira (25).

De acordo com a ONG, Jorge Paulo Lemman (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Herrmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim), são as pessoas mais ricas do Brasil, e têm, juntos, uma fortuna equivalente a R\$ 277 bilhões, a mesma quantidade que cerca de metade da população brasileira somada.

O estudo também mostra que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que 95% da população, que um trabalhador que recebe salário mínimo mensal, levaria quatro anos trabalhando (sem gastar nada) para ganhar o mesmo que o 1% mais rico ganha em um mês, e 19 anos para receber um mês da renda média do 0,1% mais rico.

“O Brasil permanece um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda e abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza”, destaca o relatório.

Para Katia Maia, diretora da Oxfam Brasil, “precisamos falar sobre nossas desigualdades e os caminhos existentes para reduzi-las. Se no mundo a desigualdade já nos causa espanto, no Brasil essa situação é ainda mais dramática. Esse relatório é a nossa contribuição para o importante debate sobre a redução das distâncias em nossa sociedade”.

Há diversos fatores que contribuem para a desigualdade ser tão grande no Brasil, de acordo com a instituição, entre eles o sistema tributário regressivo “que pesa muito sobre os mais pobres”, o racismo e a diferença de gênero “que promove violência cotidiana aos direitos básicos de mulheres e negros”, e a concentração do poder em uma classe “altamente propensa à corrupção”.

“Existe uma distância absurda entre a maior parte da população brasileira e o 1% mais rico, não apenas em relação à renda e riqueza, mas também em relação ao acesso a serviços básicos como saúde e educação. Atacar

essa questão é responsabilidade de todos. Há inúmeras ideias e propostas circulando, algumas até formam consenso na sociedade. A única coisa que não se pode fazer é ignorar o problema e não fazer nada. Estamos juntos no mesmo barco”, destaca Maia.

A Oxfam calcula que, se continuar no ritmo dos últimos 20 anos, o Brasil ainda levará 35 anos para alcançar o nível de desigualdade atual do Uruguai e 75 anos para chegar ao patamar do Reino Unido.

IMPOSTOS

Sobre a estrutura tributária o estudo também destaca que a população 10% mais rica do Brasil paga uma parcela menor de sua renda em tributos que os 10% mais pobres. A parcela mais pobre da população gasta 32% de sua renda total em tributos, enquanto os mais ricos pagam apenas 21% de sua renda. No que se refere a impostos indiretos (cobrados sobre produtos e serviços), quem tem renda mais baixa também é mais atingido, pagando 28% de tudo o que ganha, enquanto que os mais ricos pagam somente 10%.

Quando se trata de impostos sobre a renda e patrimônio, a estrutura do imposto também beneficia os mais ricos: quem ganha 320 salários mínimos por mês paga a mesma alíquota efetiva de Imposto de Renda do que quem recebe cinco salários mínimos. Isso acontece porque a alíquota do IR para de crescer para quem ganha acima de 40 salários mínimos e os mais ricos também são beneficiados com as isenções sobre lucros de empresas e dividendos de ações.

MULHERES E NEGROS

O estudo também destaca que a renda média do homem brasileiro era de R\$ 1.508 em 2015, enquanto a da mulher era de R\$ 938, e se for mantido o ritmo em que essa diferença vem caindo nos últimos 20 anos, a Oxfam projeta que só existirá igualdade de salários entre homens e mulheres em 2047.

Quando se trata da desigualdade de salários entre brancos e negros, a diferença é “ainda mais grave”, de acordo com a ONG. Enquanto brancos recebiam, em média, R\$ 1.589, em 2015, negros recebiam R\$ 898 por mês, ou seja, quase a metade. Projetando para o futuro, mantendo o ritmo, a igualdade entre as rendas só chegará em 2089.

STJ autoriza confisco de salário para o pagamento de aluguéis atrasados

A terceira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o valor de aluguéis atrasados requeridos em uma ação fosse confiscado diretamente do salário do devedor. A decisão da ministra Nancy Andrighi abre precedente para mais uma forma de cobrança de dívidas referentes a aluguel. A penhora de salário, na maioria das vezes, só é permitida para casos de pensão alimentícia, pois o salário é considerado impenhorável porque é destinado para o sustento familiar.

O locatário recorreu ao STJ após a decisão do TJ-SP, alegando a impossibilidade de penhora do salário para o pagamento de verba de natureza não alimentar, por comprometer sua existência e de sua família.

Mas, para a ministra Nancy Andrighi, “a regra da impenhorabilidade pode ser relativizada quando a hipótese concreta dos autos permitir que se bloqueie parte da verba remuneratória, preservando-se o suficiente para garantir a subsistência digna do devedor e de sua família”.

A decisão cai como uma bomba para as famílias com contas em atraso. De acordo com dados de agosto da SPC Brasil, 59,4 milhões de brasileiros estão negativados. Isso representa 39,3% da população brasileira com idade entre 18 e 95 anos, e reflete a gravidade da crise econômica e política brasileira.

Apesar dos 12 milhões de desempregados, não faltaram comemorações do setor imobiliário. Renato Pinheiro Filho, sócio da Pinheiro, Gondim e Sarubbi Advogados, afirmou que “o natural é que as obrigações e contratos sejam cumpridos, não é normal ser complacente com a inadimplência. O normal é uma sociedade na qual todos cumprem o seu dever”.

A advogada especialista em direito imobiliário, Layanna Piau,

destacou que “o advogado pode usar [a decisão do STF] como reforço da argumentação no caso dele. É quem julga que se posicionar sobre o caso com base nessa decisão”, explica a advogada.

Para o especialista em direito imobiliário Bernardo Chezzi, a mudança foi positiva, “o espírito do Novo Código de Processo Civil de 2015 é o de não proteger tanto assim o devedor, dando uma devida atenção ao crédito e ao credor. O próprio artigo 833 do Novo Código já possibilita essa penhora [de salário]”.

Assim, até parece que as pessoas devem porque gostam. LEI IDELI

A decisão do STF vem na mesma linha da Lei do Inquilinato, proposta em 2009, pela ex-senadora Ideli Salvatti (PT-SC), e sancionada por Lula, que facilitou e agilizou o processo de despejo. O argumento usado por Ideli para atacar os direitos dos inquilinos (e portanto, dos mais frágeis na relação), seria de que com a facilitação do despejo, o preço dos aluguéis reduziria drasticamente.

A lei do inquilinato é, na verdade, a lei do proprietário, que permite o despejo sumário e contraria a Constituição ao não garantir o direito de ampla defesa da parte mais fraca.

Depois da sanção, em contratos sem fiador ou seguro-fiança, quem atrasou aluguel passou a ter que desocupar o imóvel em 15 dias, e em contratos com garantia o prazo para desocupação caiu de seis meses para 30 dias após a decisão em primeira instância. Antes, o inquilino em débito podia depositar os valores devidos em juízo, corrigidos, para evitar a rescisão do contrato e consequente despejo duas vezes a cada 12 meses. Desde que a lei foi aprovada, a opção de colocar o aluguel em dia só é permitida uma vez a cada 24 meses de contrato.



Fernando Fraão/Ab

Briga pelo comando do tráfico transformou moradores da comunidade em reféns

Mesmo com ocupação do Exército, conflitos são registrados na Rocinha. Enquanto povo sofre, Crivella promete “banho de loja” na comunidade

A polícia divulgou nesta segunda-feira (25) um relatório sobre a operação na Rocinha, em São Conrado, na Zona Sul do Rio. Seis pessoas morreram e outras cinco ficaram feridas.

No domingo passado (17), começou uma guerra pelo controle do tráfico entre integrantes da mesma facção a Amigos dos Amigos (ADA). Depois de alguns dias de intensos tiroteios na comunidade, os peemedebistas dos governos federal e estadual do Rio conseguiram entrar em acordo. 950 militares das Forças Armadas integraram os esforços para conter o crime organizado.

Policiais militares do Batalhão de Choque e do Batalhão de Ações com Cães continuam nesta segunda-feira as buscas por criminosos, armas e drogas na favela. Militares das Forças Armadas mantêm o cerco ao entorno da comunidade, com a patrulha de vias.

Desde 22 de setembro, foram apreendidos 44 fuzis, duas pistolas, oito granadas, explosivos caseiros e 2887 munições e carregadores. A operação conjunta das polícias civil e militar com as Forças Armadas prendeu 16 suspeitos e apreendeu dois adolescentes.

A resposta dos governos ao caos instaurado no Rio de Janeiro pela ausência do Estado no seio da sociedade beira o ridículo. Enquanto os policiais e demais servidores estão com seus salários atrasados, enquanto anos de administração peemedebista a frente do Rio não conseguiu fixar sua presença dentro das favelas e melhorar a qualida-

de de vida do povo que ali vive, a proposta agora é o “Programa Rio de Janeiro a Janeiro”, um calendário turístico anual com cerca de cem eventos nas áreas de cultura, esporte, turismo e negócios.

O anúncio do “pacotão de eventos” foi feito com toda poupa e circunstância. Com direito a falas de bandidos do colarinho branco, como Moreira Franco e Luiz Fernando Pezão, prometendo que com o calendário, o Rio estará seguro daqui pra frente.

Enquanto os governantes (em grande parte responsáveis pela situação caótica que se encontra o estado) participam de cerimônias, a população não tem nem mesmo o direito de sair de casa garantido.

Sumido desde o início dos confrontos, o prefeito Marcelo Crivella (PRB) apareceu nesta segunda-feira dizendo que é preciso aproveitar “esse momento para fazermos um banho de loja na Rocinha”, demonstrando-se bastante aliado dos governos estadual e federal em mais uma vez maquiagem a situação desastrosa que os cariocas enfrentam nas favelas. Já os moradores da Rocinha aproveitaram a oportunidade para cobrar a presença dos governantes no local fora da época eleitoral. “A conclusão das obras do PAC que foram prometidas, a limpeza das ruas e tratamento de água, seriam um bom começo”, declarou uma moradora.

CARREIRA

Em agosto de 2010, comparas de Wellington Nem foram surpreendidos pela polícia na saída de um baile funk, na troca de tiros uma mulher morreu e os bandidos invadiram um luxuoso hotel de São Conrado, na

Zona Sul do Rio, fizeram 35 reféns, mas por ordem do chefe, acabaram se entregando.

No grupo estavam os dois bandidos mais próximos de Nem, Ítalo Jesus Campos, o Perninha e Rogério Avelino, o Rogério 157, segurança pessoal de Nem. Rogério 157 foi preso em flagrante no dia da invasão ao hotel, ele ficou preso de 2010 a 2012 até que foi solto por um hábeas corpus concedido pela justiça. Enquanto ele estava solto foi julgado, condenado e passou a ser considerado foragido. Como foragido ele continuou cometendo crimes. Atualmente existem 12 mandados de prisão contra ele. Todos os outros envolvidos na invasão também terminaram soltos.

Um ano depois Nem foi preso numa tentativa de fuga, estava escondido no portamalas de um carro. Rogério 157 assumiu o controle do tráfico na Rocinha, e Nem passou a cumprir pena na penitenciária federal em Porto Velho. Rogério tinha a missão de ser o representante de Nem na favela, mas quebrou o acordo feito com o chefe.

Os seguidores de Nem arregimentaram cúmplices em outras favelas para tomar o poder na Rocinha. A polícia investiga se Rogério 157 tem apoio de outra facção, o Comando Vermelho.

Danúbia, esposa de Nem esperava herdar o poder do marido, mesmo foragida da polícia, mas acabou sendo expulsa da Rocinha por Rogério 157, que também mandou matar Perninha. Foi aí que a guerra explodiu, e no meio da disputa do crime organizado, os moradores do Rio de Janeiro.

Após protestos, governo recua e revoga o decreto de extinção da reserva Renca

Temer bem que tentou abrir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na floresta amazônica, para a exploração das mineradoras multinacionais a toque de caixa. Mas, a reação de movimentos ambientalistas, artistas e da sociedade foi tão grande que seu governo recuou e revogou o decreto que extinguiu a reserva.

Nesta segunda-feira (25), o governo anunciou a extinção total do decreto que previa o fim da Renca, reserva situada entre os Estados do Pará e Amapá, para a entrada de empresas de mineração que cobigavam ouro, cobre e outros tesouros na região, que alcança o tamanho da Dinamarca.

O Rock in Rio também jogou contra as ambições do governo. Diversos artistas se manifestaram contra a extinção da reserva. A cantora Alice Keys chegou a levar uma liderança indígena, Sônia Guajajara, para protestar no palco, pressionando senadores a trabalhar pela revogação do decreto de Temer: “Existe uma guerra contra a



Protestos exigindo a revogação do decreto e pelo “Fora Temer” se espalharam por todo o Rock in Rio

Amazônia. O governo quer colocar à venda uma área grande de reserva mineral. Senadores, vocês têm a chance de evitar isso na votação que vai haver [pela extinção do decreto de Temer, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e que seria votado, mas foi adiado]. E nós estaremos de olho. Não existe plano B”, disse a Sonia. Gisele Bündchen falou da proteção da Amazônia na abertura do festival.

Arlete Sales, Alessandra Negrini, Maria Paula, Cristiane Torloni, Luiz Fernando

Guimarães, Maria Gadú, Xande de Pilares, Victor Fasano, Happin Hood e Tico Santa Cruz e Paula Lavigne, entregaram um abaixo-assinado com 1,5 milhão de assinaturas em favor da Amazônia para os presidentes da Câmara e do Senado, no início do mês.

Nas redes sociais, o senador Randolfe celebrou o fim do decreto. “Quero agradecer a imensa solidariedade de artistas, de intelectuais, da comunidade internacional e de todos que se mobilizaram em defesa da Amazônia e do Brasil”, disse.

CMB convoca ato em Brasília contra reformas Trabalhista e da Previdência

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) realizará, no próximo 03 de outubro, o ato contra as reformas trabalhista e da previdência do governo Temer.

“A CMB repudia o trabalho de mulheres grávidas em locais insalubres”, destaca a convocatória da entidade. “Em

defesa das crianças brasileiras! Pela revogação da reforma trabalhista. Não ao desmonte da Previdência Social”.

O ato tem o apoio da Frente Parlamentar Mista em defesa da Previdência e da CLT e das entidades: CGTB, COBAP, CNAB, além de sindicatos e movimentos sociais.

A manifestação está marcada para as 10 horas da manhã, em frente à sede do Ministério do Trabalho, em Brasília. Em seguida, as mulheres seguem para a Praça dos Três Poderes, onde exigirão a revogação da reforma trabalhista em frente ao STF e ao Palácio



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Relacionamentos

Gilmar Mendes além de ministro do STF, latifundiário pecuarista fornecedor da JBS e dono de um Instituto de Educação que recebeu patrocínio de R\$ 2 milhões de Joesley, é casado com Guiomar Feitosa. Guiomar além de advogada no escritório Sergio Bermudes - que defende Eike julgado por Gilmar - e vinda de uma família cearense do ramo dos transportes, é tia e madrinha de casamento junto com Gilmar de Francisco Feitosa Filho, casado com Beatriz Barata, neta de Jacob Barata, também dono de 13 empresas de ônibus com contratos com o estado do Rio e Portugal, país este onde o Instituto de Gilmar faz seminários anuais com patrocínio da FECOMER-CIO-RJ, também cliente de Guiomar, e tendo como convidados FHC e João Dória. O irmão de Guiomar e sogro de Beatriz Barata, Francisco Feitosa, é ruralista, ex-deputado federal e filiado ao PSDB. É ele o suplente de Tasso Jereissati, Senador tucano que comprou parte das Teles privatizadas por FHC para fundar a Oi Telecomunicações, empresa da qual é dono e que entrou em processo de recuperação pedindo 65,4 bilhões de reais ao governo. Tasso tem uma fortuna de 400 milhões de reais declarados, é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e ferreiro defensor da reforma trabalhista proposta por Meirelles. Meirelles é ex-funcionário do grupo JBS, banqueiro e consultor financeiro, além de ser Ministro da Fazenda e responsável por aprovar o aporte do Governo para salvar a empresa de Tasso, que além de tudo é Presidente interino do PSDB no lugar de Aécio. Aécio é padrinho de casamento da Andreia Sadi, repórter da Globo News casada com o Editor do canal em Brasília, ambos funcionários do Grupo Globo, que apoiou a candidatura do Senador em 2014, ignorando o aeroporto particular e o helicóptero com 450kg de cocaína do amigo Perrella, com quem Aécio dividiu a propina paga por Joesley, que por sua vez era o maior anunciante da emissora. Emissora essa que teve processo contra ela desaparecido da Receita Federal pela funcionária Cristina Ribeiro, que mesmo após ser condenada foi solta pelo Ministro Gilmar Mendes, alçado a esse posto por FHC.

César Cantu – por correio eletrônico

ONS promete bandeira vermelha nas contas de luz a partir de outubro

O Operador Nacional do Sistema (ONS), órgão do governo que regula o sistema elétrico do país, garante o acionamento da bandeira tarifária vermelha nas contas de luz nos meses de outubro e novembro. Segundo o NOS, As contas ficarão mais caras devido à falta de chuvas e a escassez nos reservatórios.

De acordo com Luiz Eduardo Barata, diretor geral do ONS, a falta de chuvas é o grande fator preocupante. “Nos últimos dois anos tivemos chuvas abundantes na região Sul e isso participava do reforço da região Sudeste, mas este ano o Sul também entrou na recessão climática e as chuvas estão baixas”, explicou.

Atualmente, está em vigor a bandeira amarela na cobrança da conta de luz. Essa tarifa representa um acréscimo de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Com a adoção da tarifa vermelha, o preço da energia passa a ter um acréscimo, de R\$ 3 por 100 kWh.

Segundo análise do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina) a gestão errônea do sistema de reserva energética contribuiu para a situação de baixa nos reservatórios. Os gráficos da análise mostram que hoje, temos de reserva o equivalente a 45 dias de consumo através das reservas das usinas.

O Illumina ainda garante que, “só não estamos em racionamento porque a crise econômica jogou o consumo no mesmo nível de 3 anos passados”. Ou seja, a grave crise econômica por qual o Brasil está passando, naturalmente reduz o consumo de energia. E, devido a essa redução, ainda não foi necessária a realização de um racionamento.

Dois PMs e um GCM são condenados por chacina em Osasco

Um guarda civil metropolitano e dois policiais militares acusados da maior chacina da história do estado de São Paulo foram condenados na última sexta-feira (22), pelos assassinatos de 17 pessoas e pela tentativa de matar outras sete em 2015.

Quatro homens e três mulheres participaram do conselho de sentença. Coube à juíza Elia Bullman estipular a pena dos condenados, que somadas ultrapassam 600 anos de prisão.

O PM da Rota Fabrício Eleutério foi condenado a 255 anos, 7 meses e 10 dias de prisão; o policial militar Thiago Henklain a 247 anos, 7 meses e 10 dias; e o guarda-civil Sérgio Manhã a 100 anos e 10 meses.

Câmeras de segurança gravaram homens mascarados executando as vítimas num bar em Barueri, cidade que registrou três mortes. Antes, outras 14 pessoas foram mortas a tiros em diversos locais de Osasco. Segundo a investigação, apesar das mortes terem ocorrido em oito lugares diferentes, elas foram cometidas pelo mesmo grupo. A matança ocorreu num período de cerca de duas horas.

Dona Zilda, mãe de uma vítima, disse que ia ao cemitério rezar pelo filho. “Eles morreram sem saber. Na periferia, mataram esses meninos inocentes. Pra que fazer isso?”, questionou Zilda. Ela falou, ainda, que não está feliz com a sentença. “Para mim, não é vitória completa porque meu filho não vai voltar mais. Todos que estão mortos ali não vão voltar mais”.

RS: Ivo Sartori diz que pagará só os salários mais baixos e servidores aumentam pressão

Após quase um mês de greve dos professores estaduais contra o parcelamento dos salários, o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, anunciou nesta segunda-feira que o governo irá vai pagar primeiro quem ganha menos, no entanto, não se referiu a valores e nem quando começarão a pagar quem ganha mais. A medida foi condenada por entidades de servidores, que alertaram para a possibilidade de greve geral do funcionalismo a partir de sexta-feira, 29, caso todos os salários não sejam regulamentados. Para o presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul (Fessergs), Sérgio Arnoud, a decisão é consequência da “pressão organizada” da categoria e pode ser consideradas uma vitória, “mas a luta continua pelo pagamento em dia para todas as categorias”, disse dirigente ressaltando que o “pagamento em dia é obrigação de qualquer empregador, principalmente no serviço público, onde os prejudicados não são apenas os servidores e suas famílias, mas toda a sociedade que depende dos serviços públicos”, lembrou Sérgio. Arnoud lembra ainda que os servidores estão sob efeito de liminar obtida pela Fessergs que garante o pagamento dos servidores que não tiveram condições materiais para irem trabalhar. “A liminar favorável conquistada impede que o governador corte o ponto de quem não tiver dinheiro nem para o deslocamento ao local de trabalho. Muitos servidores chegam à situação de escolher entre comer ou pagar uma conta”. De acordo o Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs), e com a Ugeirm/Sindicato, que representa os agentes da polícia civil, o anúncio do governo do Estado preocupa, pois não há uma definição de um teto de salários que será integralizado. “Nós sempre defendemos um calendário para a integralização, e o governador poderia ter anunciado quais os salários que serão pagos antes”, declarou o presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, ressaltando a possibilidade de greve geral dos servidores. Já os professores reforçaram a manutenção greve: Conforme Helenir Aguiar Schürer, presidente do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (Cpers-Sindicato), “o governo não esclareceu muita coisa, não definiu quais serão os salários mais baixos. Nossa postura continua igual”. A Fessergs está convocando o funcionalismo para um ato unificado servidores no da 29, no centro de Porto Alegre contra os atrasos, parcelamentos e congelamento de salários promovidos pelo governo Sartori. “Diversas categorias vão se mobilizar, e há risco de paralisação dos serviços do Estado”, disse Helenir.

“OS” cancela férias para renegociar sob a lei da ‘reforma trabalhista’

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) denunciou na última quarta-feira, 20, que a organização social (OS) Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas) cancelou as férias de todos os funcionários e médicos. Segundo a entidade a suspensão começa a valer em novembro, mesmo mês que entrará em vigor a “reforma trabalhista”. De acordo com o presidente do Simesp, Eder Gatti, é preciso que a categoria fique atenta a esse “adiamento”, pois pode gerar renegociações de contratos para que os

funcionários não tenham direito às férias. “A grande preocupação é o fato de terem cancelado as férias a partir de novembro, mês que entra em vigor a ‘reforma trabalhista’, com isso, os empregadores podem tentar uma negociação para pagar os valores proporcionais e zerar todas as verbas trabalhistas que os funcionários tiveram para receber”, alerta Gatti. A entidade pede aos médicos que não assinem nenhum documento e não renegociem direitos ou contratos sem consultar previamente o Sindicato.

S. J. dos Campos: metalúrgicos recusam proposta sem aumento

Os metalúrgicos de São José dos Campos que trabalham na General Motors (GM), Chery, Eletroeletrônicos, Sictel (Gerdau e Armc), e outras fábricas da região, rejeitaram a proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de aumento salarial zero e aprovaram indicativo de greve em assembléia geral na última sexta-feira (22). O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região denuncia que “o grupo de autopeças quer simplesmente acabar com a Convenção Coletiva do setor na íntegra e adotar, desde já, todos os ataques previstos na reforma trabalhista”. A Fiesp propôs à categoria apenas a reposição da inflação no salário, portanto sem direito a aumento real. O INPC do período é de 1,73%. “Essa é a inflação oficial, mas os trabalhadores sabem que na vida real os preços estão disparando e que o poder de compra dos salários está completamente defasado. Por isso, é preciso organizar as mobilizações e lutar

por direitos e aumento real”, afirmou o presidente do Sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá. A entidade irá protocolar aviso de greve nas fábricas e dar início a uma série de ações nos próximos dias como uma forma de pressionar a Fiesp a avançar nas negociações. O movimento também faz parte da Campanha Nacional dos Metalúrgicos que vem se espalhado por diversas regiões do país contra a “reforma trabalhista” de Temer, que ataca direitos já conquistados pelos trabalhadores brasileiros. “Somos a primeira categoria a ouvir, na mesa de negociação da Campanha Salarial, as propostas patronais para implantação da reforma [Trabalhista]. Se os empresários querem aplicar as mudanças na lei trabalhista, os metalúrgicos saberão enfrentar essa afronta. Nossa meta é barrar os ataques criados pelo governo Temer com o aval do Congresso Nacional. Agora é luta”, disse Macapá.

Petroleiros rejeitam aumento salarial 0% e corte de direitos



Manifestação em Salvador. Categoria rejeita reajuste abaixo da inflação

Trabalhadores dos Correios em greve vão às ruas contra demissões e retirada de benefícios

A adesão dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) à greve deflagrada no dia 19 deste mês, por aumento real, manutenção das garantias de direitos trabalhista e contra o desmonte da empresa, vem crescendo nos últimos dias em todo o país. De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em de Correios e Telégrafos e Similares a (FENTECT), dos 31 sindicatos filiados à FENTECT, 20 aderiram à greve até o momento. Entre eles estão os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul (Santa Maria), Bahia, Distrito Federal, Ceará, Paraíba,

Paraná, Pernambuco, Sergipe e Santa Catarina. O movimento grevista aguarda ainda a adesão por parte de unidades sindicais do Rio de Janeiro e São Paulo que realizarão assembléias nesta semana. Em São Paulo, localidades como Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba e Santos já compõem a paralisação. Durante a semana passada e o início desta semana, os trabalhadores dos Correios estão realizando atos de protestos em diversas capitais. Em Salvador, a categoria ocupou uma das vias da Avenida ACM. Para o diretor do Sindicato dos Correios da

Bahia (Sincotelba), André Aguiar, a “briga [da categoria] é por manter inicialmente nossos empregos porque o governo não fala em privatização. O governo quer retirar nossos benefícios, nosso plano de saúde”, afirmou Aguiar. Em Belo Horizonte, centenas de pessoas saíram em passeata para protestar contra o fechamento de agências, corte de investimentos, falta de concurso público, diminuição do efetivo, entre outros. A categoria também denunciou a pressão por parte da administração para que funcionários entrem no plano de demissão voluntária.

Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo: “Privatização da Eletrobrás trará enormes prejuízos para o país e para a população”

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunciato, o Chicão, falou em entrevista ao HP, nesta segunda-feira, sobre os prejuízos que serão causados ao país com o processo de privatização da Eletrobrás

Conforme o sindicalista, a atual crise pela qual passa o sistema elétrico, principal argumento para a entrega da empresa, é fruto da incompetência das gestões anteriores. Chicão apontou que “desde 2001, todos os balanços e dados nunca haviam apontado prejuízos do sistema Eletrobrás. A partir de 2012, até 2015, houve prejuízo. Isso porque, ainda no governo Dilma, foi feita a medida provisória 579 que, na caneta, abaixou a tarifa elétrica. A Eletrobrás assumiu o ônus que foi gerado pela redução da conta de luz nos lares das pessoas”, afirmou.

O presidente do Sindicato explica que a medida assinada por Dilma abaixou a tarifa sem que houvesse uma produção que correspondesse a essa queda de preço. “Com isso, as empresas do sistema Eletrobrás compravam energia por um preço muito maior do que vendiam. Isso foi gerando um rombo nos cofres públicos. Ou seja, é obvio que o que aconteceu foi uma má administração. Não tem nenhuma empresa que suporte uma condição assim, não é aceitável”.

O parque gerador de energia da Eletrobras é composto por 233 usinas, das quais são 47 hidrelétricas, 114 termelétricas, duas term nucleares, 69 eólicas



Sindicalista denunciou ao HP crime de lesa-Pátria

e uma solar. A empresa gera 170 mil gigawatts/hora (Gwh) de energia, e é a maior companhia do setor elétrico da América Latina, atendendo 1/3 do consumo anual de eletricidade do Brasil. Com isso tudo, o anúncio feito pelo governo Temer é de que ela seja vendida por R\$ 20 bilhões, valor semelhante ao gasto apenas na construção da Usina de Belo Monte. “Isso, acima de tudo, é lesa-pátria, inadmissível”, considera Chicão.

Dentre as principais falácias que o governo propaganda está a de que a privatização irá baixar a tarifa para o consumidor. “Logo de partida já existem estudos que dizem que a conta de luz subiria no dia seguinte à privatização”, pontua o sindicalista. Ele ainda ressalta que “em Portugal a empresa EDP foi comprada e em cinco anos a tarifa aumentou 40% acima da inflação”, explicou.

Chicão também apontou que assim “quem vai controlar a nossa energia e nossa água vai ser o capital estrangeiro”. Ele explicou que, ao passo que uma em-

presa estatal busca o lucro para investimento no parque industrial e melhoria dos serviços, uma empresa privada vai buscar apenas o lucro, o investimento é o mínimo possível, e esse lucro virá do bolso do consumidor.

“O privado preza só o lucro, vai até o limite, até degradingolar, e o risco para a população é muito maior. O prejuízo será incomensurável, tenebroso”, completa.

Em nota publicada pela Fenatema (Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente), também presidida por Chicão, a entidade denuncia que “não são as estatais que devem ser questionadas, mas os maus gestores, que as drenam por interesses espúrios. Agora, para piorar, querem arrasar de vez, vendendo a preço vil um patrimônio estratégico ao Brasil e seu povo (...). Não podemos e não iremos admitir tal desgraça. Nosso País não merece uma corja desta na sua administração. A soberania Nacional não tem preço”.

ANA CAMPOS

Categoria não aceita 1,73% de reajuste e pacote que corta uma série de benefícios

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Federação Unica dos Petroleiros (FUP) rejeitaram a proposta oferecida pela Petrobrás para o acordo coletivo da categoria. Ambas as entidades estão orientando que as assembleias nas bases recusem o acordo oferecido durante reunião, na sexta-feira, 22, pelo RH (Recursos Humanos) da estatal, que prevê índice de reajuste que apenas repõe a inflção, sem garantir nenhum aumento real.

Segundo a FNP, “a proposta apresentada pelo RH não contempla as reivindicações dos trabalhadores. Pelo contrário, demonstra a tentativa de Pedro Parente [presidente da Petrobrás] de retirar direitos para enxugar a empresa e, conseqüentemente, entregar a Petrobrás para o capital internacional”.

De acordo com a entidade, o arrocho salarial está na proposta de reajuste de 1,73%. Além do reajuste infimo, a direção da Petrobrás propõe cortar pela metade a remuneração de horas extras, que atualmente é adicional de 100%; 0% de reajuste para os Benefícios Educacionais; fim da Gratificação de Campo Terrestre; fim do Benefício Farmácia; fim do Programa Jovem Universitário; redução da gratificação de férias; fim da promoção por antiguidade de Pleno para Sênior nos cargos de nível médio, entre outros cortes, inspirados na aberração da “reforma trabalhista”. Desde o início das negociações, inclusive, a categoria (que tem data base em 1º de setembro) vem denunciando que a empresa atrasou o andamento das negociações para que o acordo passasse a valer após a “reforma” entrar em vigor.

Para a FUP, “não há qualquer justificativa econômica para a empresa afrontar os petroleiros com uma proposta vergonhosa, que extingue direitos e reduz em mais de um terço o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). Os indicadores e resultados financeiros comprovam que a Petrobrás continua sendo rentável e tem condições de voltar a ser a empresa integrada de energia, que gerava renda e emprego para o país. O esquitejamento do Acordo Coletivo dos petroleiros está diretamente associado ao projeto político e econômico que vem sendo imposto aos trabalhadores brasileiros”.

Outro ataque que a empresa está tentando passar é a redução nominal de salário: foi apresentada a possibilidade de os empregados do administrativo optarem pela redução de cinco para quatro dias trabalhados por semana, com diminuição proporcional de remuneração. Como se não bastasse, a Petrobrás está tentando postergar as discussões da negociação até a data limite estabelecida, 10 novembro. Para Lourival Junior, diretor da FNP e do Sindipetro-PA/AM/MA/AP,

“Isso é muito ruim, porque esperávamos avançar. No entanto, o RH simplesmente deixou de lado a Pauta de Lutas da FNP e não aprofundou as discussões como deveria”, avalia.

Tudo isso faz parte do programa de desmonte da estatal, capitaneado pelo presidente Pedro Parente, que já organizou diversos Planos de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), alegando ser uma forma de “economizar”, mas cujo objetivo final é conhecido da classe trabalhadora: precarizar o serviço, alegar incompetência e privatizar.

Atualmente há 47.036 funcionários próprios da Petrobrás, e os PIDVs dispensaram até agora 16.379. “Com isso, atualmente, é possível perceber problemas de composição de efetivo nas unidades e gerências inteiras impactadas em suas atividades. A bacia de Santos, por exemplo, está importando trabalhadores, às custas do esvaziamento de outras unidades”, denuncia a FNP.

Para Carla Marinho, diretora do Sindipetro-RJ, a direção da empresa “dispensou 26% da mão de obra, majoritariamente de pessoas experientes, e não fizeram um adequado plano de retenção dessas competências. Perdemos muitos colegas de extrema capacidade, com conhecimento e experiência essenciais em suas respectivas áreas, os quais foram adquiridos ao longo do tempo em que estiveram na Companhia”, afirma.

Ainda nesse contexto, a entidade afirma que “é bom lembrar que todos os países que privatizaram as suas riquezas ficaram mais dependentes da exploração e exportação de produtos primários, além de enfrentarem um processo de desindustrialização e precarização do emprego”. Sobre isso, a FUP também denunciou que “para os trabalhadores [essa política de precarização] resultou em mais insegurança, mais doenças, mais amputações, mais queimaduras, mais mortes. Na rodada de negociação com a empresa, a FUP enfatizou a situação caótica das unidades operacionais, que estão sendo transformadas em fábricas de acidentes”.

“O desmonte do ACT, assim como o desmonte dos efetivos e a insegurança que mutila e mata os trabalhadores, está diretamente associada ao desmonte do Sistema Petrobrás. Um pacote que vem junto com o desmonte dos direitos trabalhistas” propagados pelo governo Temer, denuncia a FUP.

Com assembleias marcadas para toda a semana, as entidades estão preparadas para lutar por melhores em defesa dos direitos conquistados, ressaltam as entidades. “A FNP não irá permitir nenhum direito a menos e brigará por um ACT digno para a categoria”. “Não permitiremos nem o desmonte da empresa, nem do acordo. Quem quer paz, tem que estar preparado para a guerra”, completa a FUP.

TCE suspende leilão de privatização das linhas Lilás e Ouro do Metrô-SP

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) suspendeu na segunda-feira, em São Paulo, o leilão que pretende privatizar a operação das linhas 5-lilás e 17-ouro do Metrô.

A licitação que deveria ocorrer na próxima quinta-feira (28) foi suspensa após o TCE acatar a representação do líder da bancada do (PT) na Assembléia Legislativa do Estado, deputado Alencar Santana Braga. O deputado alegou na petição que haveria prejuízo aos cofres públicos e irregularidades no edital. “A privatização que Alckmin quer fazer é um verdadeiro presente às empresas privadas, que não investiram um tostão e vão levar as linhas que renderão mais de R\$ 10 bilhões no período de concessão”, afirma a nota da bancada. Os gastos para a realização das linhas foram em torno de R\$ 22 bilhões, com previsão de lucro

mínimo de R\$ 10 bilhões. Porém o governo quer conceder as linhas por R\$ 300 milhões.

MOBILIZAÇÃO

Na última quinta-feira (21), os trabalhadores do Metrô São Paulo se reuniram no Sindicato dos Metroviários de São Paulo para organizar o movimento da categoria para barrar a privatização das linhas. A categoria pretende realizar um ato de protesto em frente da Bolsa de Valores de São Paulo no dia 28, caso a suspensão do TCE seja anulada por conta de medidas recursais do governo. “Continuaremos nossa luta contra a entrega do patrimônio público à iniciativa privada. O Metrô de São Paulo é da população, foi construído com o dinheiro da população e deve cumprir sua função social e não gerar lucros para poucos”, afirmou o sindicato em nota nas redes sociais.



Participação popular nas buscas foi intensa

Obrador denuncia negligência do presidente mexicano no socorro às vítimas dos terremotos

As buscas pelos desaparecidos, vítimas dos terremotos ocorridos no México nos dias 7, 19 e domingo 24, são mantidas por milhares de pessoas que denunciam a postura negligente do governo do presidente Peña Nieto que, em várias regiões, deixou de buscar e resgatar sobreviventes.

Nas segunda-feira, 25, a cifra oficial de mortos era de 325 pessoas. Na capital, Cidade do México, nessa data havia 44 edifícios desabados mas, segundo a Defesa Civil existiam muitos outros com graves danos de todo tipo. Avalia-se, como cifra preliminar, que nessa situação poderiam estar entre 200 e 500 imóveis.

A Defesa Civil também informou que no estado do México desde domingo já não se procurava pessoas com vida e se avaliava a situação de Morelos e Puebla, duas regiões fortemente atingidas pelos tremores.

Confrontando-se com a postura anti-povo do governo, Andrés Manuel López Obrador, líder do principal partido de oposição, Movimento de Regeneração Nacional do México (Morena), propôs destinar 50% dos recursos que são entregues pelo Instituto Nacional Eleitoral (INE) para a campanha eleitoral de 2018 para os milhares de danificados pelo sismo.

O Morena foi o primeiro partido a tomar essa decisão e, seguindo seu exemplo, outros partidos como o Partido do Trabalho, PT, e até o governista Partido Revolucionário Institucional, PRI, prometeram entregar 20% de seu orçamento.

López Obrador, porém, não considerou prudente entregar o dinheiro ao governo, que não está fazendo o possível e necessário para minorar o sofrimento da população, e propõe que seja um comitê de personalidades e intelectuais, entre eles a escritora Elena Poniatowska, e o sacerdote Juan Manuel Solalinde, conhecido ativista pelos direitos humanos, que administrem a aplicação desses recursos.

“Morte do general Asapov na Síria se deve a conluio dos EUA com terroristas do EI”, afirma Rússia

O tenente-general Valery Asapov, foi vítima de uma explosão de bomba disparada de morteiro por parte de terroristas do Estado Islâmico nas proximidades da cidade de Deir Ezzor, recém-liberta do certo de 3 anos por parte do Estado Islâmico.

O vice-ministro do Exterior da Rússia Sergey Ryabkov, declarou que a morte do general russo “é o preço pago em sangue que a Rússia foi forçada a pagar pela política hipócrita dos Estados Unidos na Síria”.

O vice-ministro denuncia que enquanto diz que está interessada em combater o Estado Islâmico, faz o oposto.

Assim que o exército sírio superou o cerco a Deir Ezzor, com apoio das forças russas, houve da parte de diversos sites (sputniknews, South Front, entre outros) denúncias de que comandantes do grupo terrorista EI – que antes cercavam e agora estavam sob cerco – foram evacuados por helicópteros norte-americanos.

Agora é o Ministério da Defesa da Rússia quem denuncia diretamente a relação entre as tropas norte-americanas e curdas, que são bancadas pelos EUA na região de Raqqa, o YPG, não molestam nem são molestadas, ou seja não há atrito entre as tropas norte-americanas e os terroristas. Imagens aéreas tiradas de 8 a 12 de setembro e divulgadas agora pelos russos mostram que não há crateras na região ocupada pelos norte-americanos e seus prepostos, enquanto que o lado de Deir Ezzor agora sob controle sírio com apoio russo, está cheio de crateras abertas por bombardeio do EI.

O MD da Rússia também mostra que os comboios de blindados norte-americanos circulam com tranquilidade. “Não há nem patrulhas de reconhecimento, o que seria necessário se houvesse

França: protestos rechacem ataque de Macron a direitos trabalhistas



“Não à cassação do direito do trabalho” palavra de ordem em marchas por 90 cidades

Secundaristas argentinos saem às ruas de Buenos Aires contra as ameaças de Macri de taxar escolas públicas

Milhares de estudantes, pais e professores de escolas secundaristas de Buenos Aires se manifestaram na sexta-feira, 22, pela segunda semana consecutiva, desde o Ministério de Educação nacional até a Secretaria do setor da capital, para exigir do governo que pare a implementação da reforma chamada ‘Secundarista do Futuro’. O projeto de Mauricio Macri que já está sendo imposto em Buenos Aires ainda é conhecido só em traços gerais, e a comunidade da educação quer ver o plano, debatê-lo e colocar suas opiniões.

Na faixa que encabeçava a marcha havia duas consignas: “Não ao ‘Secundarista do Futuro’” e “Aparição com Vida de Santiago Maldonado”, esta última em referência ao jovem desaparecido durante uma manifestação dos índios mapuches na Patagônia no dia 1 de agosto. O governo, desconhecendo a oposição da maioria da sociedade, mantém a postura de implementar as mudanças já em março de 2018 e os estudantes exigem poder discutir as medidas.

A reforma que começa a ser aplicada pelo governo da Cidade de Buenos Aires estabelece que, no último ano do curso, os estudantes deverão trabalhar para empresas a metade de seu tempo escolar sem pagamento nenhum, justificando o absurdo como sendo “práticas profissionalizantes”. Dessa maneira, a reforma determinará uma redução das horas de trabalho dos docentes e, em consequência, de seu salário.



Macri ameaça ensino médio com taxas e devastação

Pelo conhecimento genérico que há da reforma, se sabe que acabarão as matérias independentes, elas estarão integradas dentro de “áreas de conhecimento”; se substituirão as notas numéricas de 1 a 10 por um sistema de créditos; não haverá mais repetência completa de ano (se recuperarão conteúdos), serão cobradas taxas nas escolas públicas.

O documento que o Ministério publicou depois de reunião com os alunos, a primeira manifestação oficial sobre o projeto, foi qualificado pelos estudantes como “uma vergonha”. “É uma vergonha que tenham apresentado informação oficial só um mês depois de haver começado o conflito. A reunião da quarta-feira, 20, foi igualmente vergonhosa, foi um show político. O que apresentaram não é um projeto; não sabemos ainda qual é o projeto e não sabemos se eles sabem qual é. O intuito é satisfazer

Entre os dias 12 e 22 houve três manifestações que reuniram mais de 500 mil pessoas. Mesmo assim o ex-funcionário dos Rotschild assinou o maior ataque a direitos trabalhistas dizendo que era “a maior reforma”

Dizendo que mais direitos trabalhistas era para uma “uma reforma importante e em profundidade do mercado de trabalho, indispensável para a economia e a sociedade francesa”, o ex-funcionário dos banqueiros Rotschild, recém-eleito presidente assinou o decreto (já denominado de Lei Macron) repudiado por manifestações de centenas de milhares de trabalhadores em mais de 90 cidades francesas que se realizaram dias antes.

O que Macron chama de ‘indispensável’ para o avanço da sociedade é o aprofundamento do corte dos direitos trabalhistas já estupidamente rasgados por seu antecessor, François Hollande (que depois desta agressão que ficou conhecida pelo nome da ministra do trabalho de então, a famigerada Lei Khomri).

Pela nova lei (que ainda passará pelo parlamento) a prioridade é dada à negociação dentro da empresa, em detrimento das normas legislativa ou mesmo a acordos coletivos setoriais. Quer dizer, os trabalhadores ficam à mercê dos patrões dentro dos portões das empresas. Diferente da capacidade de negociação

podendo ser demitido e se sentirá ameaçado o suficiente para que a grande maioria não se oponha ao que o dono da empresa achar justo ou conveniente.

Em suma, um clima de chantagem e medo vai se estabelecer e dar condições para mais arrocho salarial, mais horas trabalhadas, piora das condições de trabalho. Nas pequenas e médias empresas, a ‘negociação’ é diretamente com todos os trabalhadores, desconhecendo-se o delegado sindical, eleito pelos trabalhadores para representar o sindicato dentro da empresa.

Aspectos como remuneração salarial, mobilidade (o trabalhador pode ser jogado de um lado para outro dentro da empresa. A conquista, arrancadas com muita luta, greves, manifestações, confrontos, como a de jornadas de semanais ou turnos determinados por lei, estão ameaçadas de serem inteiramente rifadas.

Pela Lei Macron, não cabe mais aos juízes determinar valores de indenização a trabalhadores nos casos de demissão massiva, mas será fixado um teto ao qual os juízes terão que

obedecer, como mostra o jornal Le Monde.

Nas manifestações, as maiores se deram em Paris e Marselha, as faixas diziam “Não à cassação das leis do trabalho” e cartazes apontavam Macron como “lulu dos patrões”.

Mas Macron voltou as costas para os franceses que pediam a retirada do projeto dizendo que “Democracia não são as ruas”, são os votos que o elegeram, esquecendo-se que sua popularidade cai vertiginosamente.

Ele insiste que esta lei “favorecerá de forma especial aos jovens e aos trabalhadores menos qualificados”.

Repetindo a ladainha da ‘magia’ neoliberal, Macron diz que esse arrocho vai “atrair investidores”, ao “modificar regras trabalhistas que protegem muito bem os que já tem um contrato estável a custa da exclusão dos demais, os jovens e os menos qualificados”.

Tudo mentira deslavada, pois tais cortes nunca reduziram desemprego e, ao contrário do que diz Macron, não beneficiam os mais pobres, mas os empobrecem e concentram renda nos cofres dos mais ricos.

Exemplo disso é a modificação no que tange a demissões em massa. Diferente da legislação anterior, agora uma empresa pode demitir em massa com base em “dificuldades financeiras”. Essa nova situação vale para as multinacionais, que podem alegar prejuízo momentâneo em uma sucursal ainda que internacionalmente esteja tendo altos níveis de lucros. Do mesmo modo, as redes de prestação de serviços locais podem alegar prejuízo em uma determinada loja, ainda que nacionalmente estejam crescendo e auferindo lucros.

Na manifestação liderada por Jean-Luc Mélenchon, que foi candidato a presidente da França Insubmissa, referiu-se à marcha que percorreu o centro de Paris com uma das mais conhecidas palavras de ordem entoadas por estudantes e trabalhadores no Maio de 68: “Ce n'est qu'un début” (Isto é apenas o começo).

Manifestações de aposentados e de servidores públicos estão convocadas para os próximos dias.

Durante os primeiros dias da semana, refinarias foram bloqueadas por trabalhadores que usaram barricadas de pneus em chamas (ver matéria abaixo).

Trabalhadores bloqueiam a entrada de refinaria da Total no sul da França

Sindicalistas da CGT francesa e da Force Ouvrière (FO - Força Oubreira) bloquearam depósitos de combustível como parte da jornada de protestos contra a Lei Macron de agressão aos direitos trabalhistas (ver matéria acima). Na região sul da França os sinciatois ergueram uma barricada para impedir a passagem de caminhões-tanque na estrada que dá acesso à refinaria La Mede, da petroleira francesa, Total.

Já na região oeste, depósitos de derivados de petróleo nas proximidades da cidade costeira de La Rochele, perto de Bordeaux, foram bloqueados por barricadas de pneus em chamas. Os caminhoneiros ou motoristas filiados ou apoiadores das centrais fizeram uma grande operação de direção tarta-

ruga nas estradas que ligam Paris ao restante da França. Desde cedo o protesto dos trabalhadores gerou confrontos pois Macron buscou impedir que as ações de protesto dos trabalhadores culminassem com uma escassez generalizada de combustível. No dia 26, os protestos voltaram a acontecer nas estradas que dão acesso a depósitos de combustível nas proximidades das cidades de Rouen, Caen, Nantes, Rennes e Marseille, conforme declarou à Agência France-Presse, Jérôme Vérité, secretário-geral da CGT-Transportes. Bruno Lefebvre, da FO, participou das mobilizações na frente de uma garagem de ônibus em Rennes. A FO organizou bloqueios também na zona industrial ao norte de Lens.

Desemprego gerado pelo arrocho pró-bancos de Mariano Rajoy infla o separatismo catalão

O governo da Catalunha convocou para dia 1º de outubro um plebiscito sobre sua independência da Espanha. Será feita a pergunta: “Quer que a Catalunha seja um Estado independente sob a forma de república?”. Se ganhar o “sim”, o executivo catalão pretende declarar a independência da atual região autônoma.

Os movimentos independentistas na Espanha vêm se fortalecendo à medida que a crise espanhola se agrava, como se a separação pudesse resolver problemas resultantes da política de arrocho contra os trabalhadores e a população em geral, que enfrenta uma taxa de desemprego da ordem de 20%. O governo espanhol curva-se à Troika (União Europeia, BC Europeu e FMI), ampliando cortes contra direitos populares para repassar mais recursos aos

banqueiros que ainda não se recuperaram totalmente da crise que eles próprios provocaram em 2008. A população, que sai às ruas para exigir direitos, o governo responde com repressão.

420 religiosos catalães pediram que o papa Francisco medie o conflito entre a Espanha e a região da Catalunha. Eles pedem o “fim da repressão” e sugerem que o Papa “convide o governo da Espanha, publicamente ou por via diplomática, a rever sua oposição visceral ao referendo”, que resultou em dezenas de prisões, das quais 14 líderes catalães, além da apreensão de milhares de cédulas de votação.

Para o cantor catalão, Joan Manuel Serrat, nascido em Barcelona, o plebiscito traz o risco de uma “grande fratura social” na Catalunha, que “custará muito a ser recuperada”. Para ele o referendo tem problemas

de representatividade e transparência.

Serrat critica a convocação baseada em uma lei aprovada às pressas e sem discussão. “Fizem estas leis de um dia para o outro, sem discussão. Esse tipo de referendo, realizado dessa forma, me dá a sensação de que não representa nada”. Para ele, além disso, “esse conflito maquia anos de arrocho econômico e de corrupção política”.

Serrat criticou o governo de Rajoy, “responsável por tudo o que está acontecendo”. A questão do arrocho “desapareceu da discussão e tudo se resume a este sentimento tão justo que é o independentismo. Independência é uma palavra charmosa, que inflama o coração dos jovens e que mobiliza as pessoas”. Porém “como ficará a saúde pública” da Catalunha com sua saída da Espanha, questionou o cantor.

Aumenta a fome na América Latina e Caribe: 42,5 milhões de subnutridos

“A fome está aumentando na América Latina e no Caribe pela primeira vez na última década. Isso é inaceitável e todos os latino-americanos e caribenhos deveriam se sentir pessoalmente afetados por esse retrocesso. Não podemos dar um passo atrás, colocando em risco a saúde, o bem-estar ou mesmo a vida de milhões de pessoas”, declarou o representante regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Julio Berdegue.

Entre 2015 e 2016 houve um acréscimo de 2,4 milhões de pessoas atingidas pela fome na região – tradicional exportadora de alimentos – totalizando 42,5 milhões de pessoas ou 6,5% da população. E a situação está se deteriorando, aponta a pesquisa

Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2017. O relatório é resultado de um trabalho conjunto da FAO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA), que descreve o impacto da crise e do retrocesso vivido na região.

Além da contração econômica aumentar o desemprego e reduzir os salários, os “ajustes” neoliberais penalizam o conjunto da sociedade, afetando ainda mais os miseráveis. Para agravar a situação, o preço dos alimentos ao consumidor acaba sendo elevado pela manipulação das transnacionais que monopolizam o “mercado”, somado ao

enorme desvio de grãos para a produção de agrocombustíveis.

Enquanto isso, a pesquisa registra um avanço do problema da obesidade, mais grave na América do Norte, onde 28% dos adultos são obesos, enquanto que na América Latina e no Caribe cerca de um quarto da população adulta é considerada obesa.

“Junto com o aumento da fome, a América Latina e o Caribe vivem uma gravíssima epidemia de sobrepeso e obesidade. A tendência regional é constrangedora, especialmente no que se refere para as meninas e meninos menores de cinco anos, cujo desenvolvimento e futuro estão sendo prejudicados pela má alimentação”, assinou Berdegue, frisando que a obesidade afeta quase quatro milhões de crianças na região.

Jogadores de futebol americano fazem protesto contra Trump

Todos os jogadores do Jacksonville Jaguar e do Baltimore Ravens se ajoelharam no domingo durante a execução do hino nacional dos Estados Unidos contra Trump e o racismo. Técnicos, comissão e inclusive donos de equipes da Liga Nacional de Futebol Americano (NFL) colocaram a mão nos ombros dos jogadores, em sinal de solidariedade à causa.

No ano passado, durante as manifestações em repúdio ao assassinato de negros desarmados por policiais norte-americanos, alguns jogadores começaram a se ajoelhar como forma de protesto. Colin Kaepernick, que deu o exemplo, elevando o tom da denúncia frente à brutalidade policial e às desigualdades raciais, continua sem ter uma equipe para jogar.

Em meio a mais um dos seus ataques no twitter, Trump declarou na sexta-feira (22) que qualquer jogador que aderir ao protesto é um “filho da puta” que deve ser “demitido”.

Para o comissário da liga profissional de futebol americano, Roger Goodell, “o presidente mostra uma total falta de respeito para os nossos campeões e sobre as ideias dos outros”.

“Comentários segregadores como esses demonstram uma infeliz falta de respeito com a NFL, nosso grande esporte e todos os nossos jogadores, e uma falha em entender a esmagadora força do bem que nossos times e atletas representam em nossa comunidade”, destacou a Liga, em comunicado oficial.

“O problema é que os Estados Unidos não oferecem oportunidades iguais para todos, e eu quis apoiar meus companheiros de time afro-americanos que hoje quiseram se ajoelhar. Queremos chamar atenção para o fato de que há coisas no país que ainda precisam de mudança”, declarou o jogador branco Seth DeValve, que ficou ajoelhado com a equipe, de costas para o gramado. Casado com uma mulher negra, DeValve foi enfático: “Tenho filhos que não se parecem comigo e quero fazer minha parte, tudo o que eu puder, para criá-los em um ambiente melhor do que temos hoje”.

Para Kobe Bryant, considerado uma lenda do basquete norte-americano, “um presidente cujo o nome só causa divisão e raiva, de quem as palavras inspiram divisão e ódio, não pode fazer a América grande de novo”.

Lavrov: EUA não atacará a Coreia por ter certeza que Pyongyang tem armas nucleares

“Os EUA não atacarão a Coreia do Norte porque Washington tem certeza de que Pyongyang tem armas nucleares, afirmou o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, em entrevista no domingo (24), em Vladivostok.

“Os Estados Unidos atingiram o Iraque apenas porque tinham informações precisas de que nenhuma arma de destruição em massa fora deixada ali ... Os Estados Unidos não atacarão a Coreia do Norte porque não só suspeitam, sabem claramente que [Pyongyang] possui armas nucleares”, assinalou Lavrov disse ao canal russo NTV.

O chanceler russo acrescentou que “praticamente todos concordam com essa avaliação”.

“Se essa análise não for considerada nos EUA - espero que os analistas já tenham começado a trabalhar nisso - a situação poderia ficar fora de controle e dezenas de milhares de pessoas inocentes, senão centenas de milhares, sofreriam na Coreia do Sul, Coreia do Norte e Japão, além disso, a Rússia e a China também estão localizadas nas proximidades”, advertiu Lavrov.

Para o ministro russo, “não há alternativa senão uma solução pacífica” na península coreana. Rússia e China, acrescentou, estão convencidas de que a crise deve ser tratada de acordo com o roteiro introduzido por Moscou e Pequim em julho. “Nós não vemos nenhum motivo explicável para que qualquer um, incluindo os EUA, não possa trabalhar ao longo das linhas deste roteiro. A Rússia e a China continuarão a buscar uma abordagem sensível e não emocional para resolver o problema”.

Bebês cantam canções para elogiar família Kim, assevera repórter perdido em Pyongyang

Depois de a KCIA sul-coreana enlevar o mundo com suas breaking news sobre “a cantora e sua banda musical que foram metralhadas e jogadas aos céus” e aquele “general que dormiu na reunião e foi executado com canhão antiaéreo” na Coreia Popular – ressuscitados tempos depois, milagre que ainda causa risos em muitas redações -, não chega a surpreender que a apresentação do texto do repórter do Correio Brasileiro, Renato Alves, da visita de 10 dias a Pyongyang, assevere que este haja assistido “bebês e crianças evocando os integrantes da dinastia Kim em canções elaboradas pelo regime”.

Bebês cantando em homenagem aos Kim? Esses coreanos são mesmos formidáveis! Inclusive já nascem falando e com o cérebro

bro pré-fabricado!

Alves consegue ainda afirmar que as criancinhas norte-coreanas aprendem matemática “somando soldados norte-americanos mortos na Guerra da Coreia (1950-1953)”!

Aloprações à parte, não deixa de ser divertido pensar que o escriba pode algum dia, depois de ter es-tranhado que, na terra que Kim Il Sung libertou da ocupação japonesa, este seja tido como o “Grande Líder Avô”, descobrir que, para os vietnamitas, Ho Chi Minh é o eterno “Tio Ho”. Cada um escolha o parente que mais lhe apetece, há quem prefira o “Tio Sam” e o “Tio Patinhas”.

PS: Sob ameaças de Trump, ninguém está preocupado se o hotel ficou pronto. A discussão que interessa é se a Bomba H da dissuasão está.

Alemães despacham nas urnas ‘grande coalizão’ de Merkel e SPD



Manifestantes foram à sede da AfD: “Fora nazis!”, “Bem-vindos os refugiados!”

Trump cisma com o Chade e o inclui na sua lista de banidos

Até agora, ninguém entendeu porque o presidente Donald Trump resolveu incluir no seu rol de sanções o Chade, apesar de aparentemente não existir qualquer questão em relação ao país africano, exceto ser em grande parte muçulmano. A lista de Trump, da qual saíram o Sudão e o Iraque também não se sabe porque, e que bane a entrada nos EUA,

inclui ainda a Somália, Iêmen, Irã e Síria. De acordo com o jornal Guardian inglês, o Chade foi “um dos mais importantes e valiosos parceiros antiterroristas dos EUA”, com o qual Washington espera “expandir a cooperação, inclusive nas áreas de imigração e controle de fronteiras” e está estreitamente subordinado à França. A

Casa Branca alegou que o país “não conseguiu compartilhar adequadamente” informações de “segurança pública e terrorismo” e que “vários grupos terroristas estão ativos no Chade ou na região circundante, como Boko Haram, Isis-África Ocidental e Al Qaida no Magreb Islâmico”. Tropas franceses que intervm no Mali estão acantonadas no Chade.

Uma viagem à Coreia Popular-1 (Com os próprios olhos e com a própria cabeça)

ROSANITA CAMPOS

Às vésperas do início de mais uma manobra militar entre os EUA e a Coreia do Sul - “Ulji Freedom Guardian” em sua 17ª edição e que se consuma todos os meses de agosto de cada ano como ensaio de agressão à RPDC, o povo coreano e seu governo popular socialista realizaram um grande encontro internacional em que reuniram mais de 500 quinhentas personalidades de todo o mundo (66 países) que foram à Coreia ver com seus próprios olhos os avanços na vida do povo, os progressos na indústria, na construção civil, no comércio, no turismo, e o impressionante desenvolvimento técnico-científico nas áreas da saúde, educação, indústria e agricultura além de seu vitorioso programa nuclear para a autodefesa, orgulho e segurança para todo o povo.

Estive em Pyongyang durante o mês de agosto participando do “5º Festival Internacional de Homenagens aos Grandes Homens do Bektu” promovido pelo Comitê de Relações Culturais com o Estrangeiro e por um Comitê Internacional Organizador composto por pessoas de vários países de todos os continentes.

Dentre as atividades e discussões, exposições de livros, apresentações artísticas de música, dança, teatro e poesia aconteceram atos de solidariedade com a Coreia socialista e a luta de seu povo pela reunificação da Pátria, pela soberania e integridade territorial da RPDC, e em apoio ao progresso da construção do socialismo no país e o desenvolvimento de sua capacidade de dissuasão nuclear para a garantia da paz na Península Coreana e em todo o mundo.

Meu primeiro dia em Pyongyang, e de algumas delegações que já se encontravam ali, foi acordar às 6 da manhã para viajar duas horas de carro para uma visita ao Palácio da Amizade Internacional na cidade de Myohyang, uma agradável cidade de verão ao pé do monte Myohyang com muitas nascentes de água mineral e um grande templo budista preservado e em pleno funcionamento. Em Myohyang, Kim Il Sung escreveu o prólogo de suas “Memórias – No Transcurso do Século” que está no primeiro de seus 8 volumes, num dia primaveril em abril de 1992, poucos dias antes de seu encontro com Claudio em Pyongyang. O Museu em si é uma obra de arte da arquitetura tradicional coreana e preserva a história das relações internacionais dos grandes líderes do povo coreano através da exposição dos



Visita ao comando de Kim Il Sung na guerra antijaponesa



Pico do Monte Bektu com seu singular lago vulcânico

presentes e condecorações recebidas por eles de todas as partes do mundo.

As primeiras atividades em que participaram todas as delegações estrangeiras foram a visita ao imponente Palácio Kunsusan para homenagear Kim Il Sung e Kim Jong Il e em seguida a visita à casa natal do grande líder Kim Il Sung em Mangyongdae onde levamos flores num belo dia de sol de verão em memória de sua luta à frente do Exército Popular da Coreia para expulsar o Japão, invasor e colonizador da Coreia, e brindar com as águas claras de Mangyongdae a vitória na luta Antijaponesa e anti-imperialista e pela Independência do país.

A abertura solene do 5º Festival Internacional se deu no magnífico Palácio dos Estudos do Povo e contou com a presença de Kim Yong Nam, membro do Presidium do Secretariado do Comitê Central do PTC e Presidente da Assembleia Nacional Popular Suprema, de Kim Ki Nam, membro do Bureau político do Partido do Trabalho da Coreia e Vice-Presidente do Conselho de Estado e Kim Jong Suk, membro do Comitê Central do PTC e Presidente do Comitê de Relações Culturais com o Estrangeiro que compartilharam a mesa diretora dos trabalhos com representantes dos comitês organizadores internacionais e local e membros de partidos políticos amigos, como o Partido Pátria Livre que coube a mim a honra de representar.

No dia seguinte partimos cedinho para o aeroporto e em dois grandes aviões para a cidade Samjiyon na fronteira com a China, para o “Encontro de acolhida ao Sol no monte Bektu” onde visitamos o Conjunto Monumental de Samjiyon, amplíssima praça no meio da floresta na entrada da cidade com vários conjuntos de monumentos relativos à guerrilha antijaponesa e à luta antifascista dos coreanos onde há uma belíssima estátua de Kim Il Sung jovem, à época da guerrilha, e assistimos uma brilhante apresentação cultural de música e dança tradicionais infantis oferecida pelo Comitê da Municipalidade que também nos brindou com um acolhedor jantar ao ar livre com a sofisticada culinária coreana que aprecio tanto e onde não faltou o tradicional Kimchi.

Ao amanhecer subimos até o pico do monte Bektu onde realizamos um ato político de solidariedade à Coreia e em homenagem aos grandes líderes do Bektu. Confesso aos leitores que me surpreendi com a beleza do lugar e o prodígio da natureza que é o lago Chon. Um lago vulcânico no pico do monte, que com suas águas de um azul tão intenso nos convida o tempo todo a não parar de olhar e admirar, dando-nos a impressão de que estamos na fronteira com o céu. E partimos para a visita ao acampamento secreto do Bektu, lindíssimo lugar cheio de história à beira de um riacho cristalino onde ficava Kim Il Sung no comando da Guerrilha Antijaponesa e onde nasceu Kim Jong Il.

(Continua na próxima edição)

Merkel sai abalada e seu partido CDU perde 2,8 milhões de votos. Resultado do SPD é o pior desde 1949. Ascensão da AfD é cria da desestabilização da Síria por Washington com o suporte de Berlim

No que a revista Der Spiegel chamou de “começo do fim para a era Merkel”, as eleições de domingo (24) na Alemanha registraram o pior resultado desde 1949 para o partido da primeira-ministra Angela Merkel (democracia cristã, CDU/CSU), que perdeu mais de 2,8 milhões de votos, caindo de 41,5% para 32,5%, enquanto seu parceiro da ‘grande coalizão’ desde 2009, os social-democratas (SPD), encolhiu de 25,7% para 20,5%, e o partido Alternativa pela Alemanha (AfD), com discurso xenófobo e anti-islâmico, não só ingressava pela primeira vez no parlamento, como se tornava a terceira maior força política, com 13,2%.

Vão compor também o Bundestag o partido Die Linke (A Esquerda), com 9,2%, e os Verdes, com 8,9%. O Partido Liberal (FDP), que está de volta após ficar de fora no mandato anterior, obteve 10,7%. A participação na eleição cresceu de 71,5% para 76,2%. Conforme o semanário Die Zeit, o que marcou a eleição foi o voto anti-Merkel, impulsionado pela contrariedade contra a avalanche de imigrantes.

No sistema alemão, cada eleitor tem dois votos, um distrital, e outro proporcional (lista de partido). A bancada de Merkel encolheu para 246 deputados, seguida pelo SPD com 153, AfD com 94, FDP com 80, A esquerda com 69 e Verdes com 67. O número de deputados subiu de 631 para 709. O ex-presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, cuja indicação chegou a elevar nas pesquisas a votação dos social-democratas para 30%, posição que não conseguiu sustentar, reconheceu que se tratava de “um dia amargo” e “uma esmagadora derrota eleitoral” e anunciou o fim da coalizão com Merkel.

Assim, o SPD volta a ser alcançado pela ‘maldição de Schroeder’: a indignação do povo alemão com a traição do então primeiro-ministro, que se elegeu com um programa de governo progressista em 2004, e acabou impondo o arrocho salarial das ‘leis Volkswagen”, o aumento da idade mínima de aposentadoria para 67 anos e o corte de impostos para os magnatas. Desde então, o SPD não consegue vencer uma eleição geral. Em entrevista, Schulz classificou as táticas de campanha de Merkel de “escandalosas” e as responsabilizou por “criar o vácuo político que foi preenchido pela AfD”.

Sem contar – pelo menos por agora – com os social-democratas, para poder governar Merkel irá tentar concretizar a chamada ‘coalizão Jamaica’, que recebe esse nome porque os partidos integrantes têm as cores da bandeira da ilha caribenha: preto (democratas cristãos), verdes e amarelo (FDP). Os cortejados já demonstraram que a parceria não sairá barata.

A ida do SPD para a oposição também evita que a AfD venha a encabeçar a comissão de organismo do parlamento. Manifestantes foram às ruas de Berlim e de outras cidades para repudiar o ingresso no parlamento da AfD, com faixas como “o ódio não é nenhuma alternativa”, “fora nazis” e “bem vindos imigrantes”.

Mas não foi propriamente um “relâmpago em céu azul”: a AfD já tem deputados em 13 dos 16 estados alemães. O ingresso da AfD no parlamento federal significa que está superado o mote de que não haveria bancada alguma ‘mais à direita’ do que a do CDU – em cuja fundação muitos nazistas devidamente reciclados pelos americanos puderam participar.

A AfD nasceu em 2013 juntando professores universitários neoliberais e outros elementos que consideravam que Merkel estava demasiado bondosa na “ajuda” à Grécia e outros países europeus em crise. Nas eleições

daquele ano, ficou muito perto de superar a cláusula de barreira de 5%. Também tinha reservas quanto ao euro.

Com a decisão de Merkel de liberar a entrada de civis fugindo das guerras da CIA no Oriente Médio, a AfD passou a centrar sua atuação em perseguir e barrar os refugiados. Para um articulista da Der Spiegel, Merkel é “a mãe do monstro, a mãe da AfD”. Foi sendo engrossado pela chegada de mais extremistas e seu líder Alexander Gauland, aliás, ex-CDU de Merkel, agora vem defendendo que os alemães devem ter “orgulho” do que seus soldados fizeram na I e II Guerra Mundial. Andam ressuscitando aquele lema “Deutschland über alles”.

Na falta de semitas melhores, baixaram o sarrafo nos “islâmicos”, que eram acusados de violarem a “cultura alemã” e de serem criminosos e estupradores. Consequiam até ironizar, como no cartaz “burcas? Preferimos biquínis”. E a AfD encarnou a ira contra Merkel, com seus integrantes perturbando os comícios dela aos gritos de “traidora” e jogando tomates. Também costumavam chamá-la de “IM Erika”, suposto codinome quando, diziam, era “agente da Stasi”, a polícia secreta alemã oriental. Até onde sabemos, ainda não propuseram um muro no Mediterrâneo a ser pago pelos líbios e sírios. Mas a AfD sofreu as primeiras baixas: a líder Frauke Petry declinou da cadeira no bundestag e se tornará independente no parlamento estadual da Saxônia.

A divulgação de dados inteiramente absurdos sobre o “aumento dos estupros” por um governo estadual aliado de Merkel – 3 casos viraram “98%” a mais – serviu para inflar nas urnas a histeria anti-refugiados. Também estiveram ausentes da campanha os principais temas que assombram a Alemanha: o arrocho salarial, base dos gigantescos superávits comerciais que depois são usados para especular em Wall Street, a fragilidade do Deutsch Bank, a perpetuação do desmanche da Alemanha oriental, a prisão de povos em que a União Europeia se tornou e o impasse na eurozona, a ocupação da Alemanha pelas tropas americanas, a sujeição do país às sanções anti-russas e a cumplicidade de Berlim no golpe da CIA na Ucrânia.

AGRESSÃO À SÍRIA

Apesar de toda a dimensão que a questão da imigração assumiu no embate eleitoral, a verdade é que as próprias razões para a “willkommenspolitik” - a aceitação por Merkel da vaga humana de refugiados empurrados para a Europa – são mantidas no esquecimento. A intensificação do assalto à Síria para derrubar Assad – que obrigou milhões a fugir dos ataques – ocorreu quando também era máxima a pressão do governo Obama para assinar o tratado pró-monopólios ianques, o TTIP – que a primeira-ministra apoiava e ao qual os social-democratas se opunham assim como a manifestação com 250 mil em 2015. Na época, os EUA chegaram ultrapassar a França como principal parceiro comercial alemão.

Para a Die Zeit, que era tida como arauto de Merkel, “às vezes os vencedores aparentes também podem virar perdedores dramáticos”. A revista se preocupa com que Merkel haja perdido “o instinto sobre o que preocupa as pessoas, se é que ela já teve isso. A crescente diferença de renda, os salários insuficientes, muitos refugiados e imigrantes, um grande sentimento de insegurança em um mundo que parece ter sido virado de cabeça para baixo”.

ANTONIO PIMENTA

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 5

Continuação da edição anterior

O quadro de decadência da monarquia portuguesa tinha uma relação direta com a dependência de Portugal da economia inglesa – com a consequente submissão política que mantinha essa dependência econômica

CARLOS LOPES

A questão de que o Brasil poderia constituir, ou constituiria, um “novo império”, tão presente nas ideias de José Bonifácio ainda antes de voltar ao país natal – e também nas ideias de Hipólito José da Costa – torna necessário uma nota de caráter historiográfico sobre a época de D. João VI, ainda que correndo o risco de colocar o carro na frente dos bois – já que não encerramos a questão da dependência lusitana, a base econômica inicial de todo esse período da História.

Hoje, é predominante a revisão, efetuada por Oliveira Lima, essencialmente simpática a D. João VI e ao período em que o Brasil o abrigou.

Esquece-se, com frequência, a outra posição historiográfica, anterior ao livro de Oliveira Lima, publicado em 1908 (“**D. João VI no Brasil**”). Esta outra posição é mais ligada ao movimento republicano recém vitorioso no Brasil, e teve em João Ribeiro, com sua “História do Brasil” para o curso superior; de 1900, o seu expoente mais desenvolvido.

João Ribeiro, às vezes, é lembrado como gramático ou filólogo. Ou, mais raramente, como um crítico literário que conseguiu enxergar no romance nordestino algo que ele ainda não realizara - João Ribeiro faleceu em 1934 - ou somente realizara em parte. É verdade que, para apreciar o romance nordestino, ele, nascido em Sergipe, estava mais capacitado que a maioria dos homens de letras da época.

Apesar do esquecimento que apenas reflete o obscurantismo acadêmico, João Ribeiro foi um dos mais importantes ensaístas daquele período que é conhecido como “República Velha”. Para alguns, como Agripino Grieco – um crítico que não é conhecido pelo elogio fácil - Ribeiro foi o maior ensaísta da História do país até a década de 30 do século XX.

Depois de frisar os avanços que o Brasil conseguiu após a mudança de D. João para o Brasil, Ribeiro escreve:

“Se vindo para o Brasil, D. João VI nos trouxe o inestimável prêmio da autonomia, embora ainda sob as formas do absolutismo, entretanto não havia na mesquinhez do seu espírito dotes suficientes para criar como logo disse ‘um novo império’. Desmazelado, fútil e colocando vulgares diversões acima dos encargos do governo, ignorante da nova situação que a sua falta de heroísmo lhe criara, tendo preferido servir aos interesses ingleses que coincidiam com a poltroneria própria, a sucumbir com a pátria, aqui chegando no ambiente da América ainda mais olvidou a dignidade de sua posição.

“Foi ele entre nós o que desmoralizou a instituição monárquica, já de si mesmo antipática às aspirações americanas, supondo infiltrar-lhe o alento democrático que já na Europa começava a temperar as realzaes rudes e guerreiras de outro tempo. Mas sem capacidade para essa delicada adaptação comprometeu para sempre o prestígio do antigo instituto. As antigas dignidades a que estavam ligados os méritos, os serviços, a responsabilidade ou a virtude, foram logo esbanjadas entre pessoas eqüivocas e nulas. Tal foi o excesso dessa liberalidade, diz Armitage, que no período da sua administração concedeu mais insignias honorárias do que todos os soberanos da sua dinastia conjuntamente.

“Honras e dignidades monárquicas, com a perda do sentimento da hierarquia e do mérito, tornaram-se logo ridículos no ridículo dos seus indignos possuidores. Os bajuladores e favoritos, e a numerosa comitiva do rei, aos milhares, sem trabalho aquinhoaram-se em empregos novamente criados, pela prodigalidade insensata da corte, que via nesse improviso dos personagens uma necessidade do seu culto externo. Desde logo, com tão perverso oficialismo que se derramou pelas capitanias, renasceu com estranho vigor a antiga corrupção e a venalidade dos magistrados e funcionários, e parecia-se voltar àquele tempo em que Frei Manoel do Salvador dizia serem quatro caixas de açúcar as bastantes



para vergar a vara da justiça. E assim escoavam por um lado as vantagens que por outro tinham vindo da emancipação colonial, e não seria temerário afirmar que apenas os abusos da metrópole haviam mudado agora os seus arraiais para mais perto.

(...) “Milhares de pessoas alheias e indiferentes à religião ou aos deveres militares eram feitas subitamente cavaleiros de Santiago ou comendadores de Cristo, ofendendo assim o decoro da tradição, menoscabando o espírito das instituições e fazendo grande mal aos próprios agaloados, merceeiros ou rústicos que empavesados com os novos títulos, abandonavam o trabalho útil e por si ou sua descendência encostavam-se ao orçamento.

“Essa nobreza nova, muito mais odiosa e principalmente mais corrupta que a antiga, e que recaía sobretudo nos homens do comércio português, contribuía ainda mais para afundar o sulco de antagonismo entre os portugueses e os nacionais, que começavam a ver na monarquia a velha usurpação tradicional, que nenhuma necessidade aconselhava transplantar para o novo solo. O próprio constitucionalismo parecia-lhes uma nova insídia e preferiam vencer a converter o antigo gentilismo político” (cf. João Ribeiro, “**História do Brasil**, 2ª edição, Liv. Cruz Coutinho, Rio, 1901, pp. 308-310).

E, logo adiante: “Se pois os portugueses, tardos e lentos embora, já se preparavam para a democratização da monarquia pelo espírito do *constitucionalismo* que clareava no horizonte, por outra parte

Depois de frisar os avanços que o Brasil conseguiu após a mudança de D. João para o Brasil, João Ribeiro escreve: “Se vindo para o Brasil, D. João VI nos trouxe o inestimável prêmio da autonomia, embora ainda sob as formas do absolutismo, entretanto não havia na mesquinhez do seu espírito dotes suficientes para criar como logo disse ‘um novo império’. Desmazelado, fútil e colocando vulgares diversões acima dos encargos do governo, ignorante da nova situação que a sua falta de heroísmo lhe criara, tendo preferido servir aos interesses ingleses que coincidiam com a poltroneria própria, a sucumbir com a pátria, aqui chegando no ambiente da América ainda mais olvidou a dignidade de sua posição

os mamelucos, antiquários das liberdades, apologistas da revolução americana e da convenção francesa, seguiram isoladamente a sua corrente radical. A reforma política dos *brancos*, dos *filhos do reino*, surgirá em 1820 com o constitucionalismo europeu; a reforma radical dos nacionais, com todos os matizes da população, fará explosão em 1817; em verdade não sentem estes a necessidade de tornar progressiva a monarquia e de melhorar o alheio instrumento da sua opressão; não hesitam em subverter a ordem para salvar o princípio teórico e igualmente duvidoso acreditando que a filosofia pode criar mais solidamente que a história”.

Valeria a pena, em outro trabalho, abordar a teoria histórica esboçada por João Ribeiro. Aqui, é suficiente citar as suas palavras na introdução à primeira edição de seu livro sobre a História do Brasil: “nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do *colono*, do *jesuíta* e do *mameluco*, da ação dos *índios* e dos *escravos negros*”.

Não era algo óbvio, na época em que essas palavras foram escritas. Mais de 50 anos depois, em sua importante obra sobre a República (“**História da República**”, com edições revisadas pelo autor de 1940 a 1954), José Maria Bello iria insistir, ainda, na superioridade dos brancos e na sua maior importância para a História do nosso país, em relação aos negros, índios – e, por consequência, também em relação aos mestiços, mulatos ou mamelucos.

PANOS E VINHOS

O quadro de decadência da monarquia portuguesa tinha uma relação direta com a dependência de Portugal da economia inglesa – com a consequente submissão política que mantinha essa dependência econômica.

Já nos referimos ao agravamento dessa dependência, após os tratados de 1810, mas isso não é suficiente para um quadro, historicamente, mais próximo da realidade. Portanto, é preciso voltar um pouco – ao tratado de Methuen, de 1703 -

para uma percepção mais nítida dessa subordinação.

O Tratado de Panos e Vinhos ficou conhecido como Tratado de Methuen porque esse era o nome do embaixador inglês - John Methuen - que distribuiu propinas entre a nobreza lusitana e membros do governo português, para consegui-lo.

Por esse tratado, Portugal escancarou seu território – e o de suas colônias, como o Brasil – aos produtos industrializados ingleses, em troca de uma “abertura” supostamente semelhante (na verdade, totalmente falsa, ilusória, fantasiosa) para os vinhos portugueses no mercado inglês.

Mesmo se os ingleses cumprissem o tratado – o que jamais fizeram, pois até na época de Napoleão, em pleno bloqueio continental, a Inglaterra preferia importar vinhos da França – ele seria um desastre (como, aliás, foi) para os portugueses.

Antes de tudo, porque a diferença de valor entre as importações portuguesas de produtos industrializados (sobretudo tecidos) e as exportações de vinhos para a Inglaterra, colocou o país diante de um déficit comercial crescente, somente coberto pela exploração das riquezas naturais (ouro, sobretudo, e também diamantes) do Brasil e outras colônias.

Assim, a dependência da Inglaterra levou a uma crise quase permanente em Portugal e suas colônias.

PARA TRÁS

O Tratado de Methuen teve o efeito não apenas de travar o desenvolvimento manufatureiro português – e, consequentemente, o brasileiro – mas também o de destruir o início de produção manufatureira que já ocorrera no país. Nas palavras de um autor português do século XIX: “É necessário notar que, tendo-se estabelecido, como já disse, a primeira fábrica de panos em Portugal em 1681, após desta se estabeleceram outras de hábeis fabricantes estrangeiros, não só de panos, mas de vários gêneros de manufaturas, e em junho de 1684, foi proibida (conforme o projeto do excelente patriota ministro Conde da Ericeira) a importação nos nossos portos, de todas as fazendas de lã estrangeira.

“Com esta sábia e patriótica providência, foram os portugueses tão bem sucedidos e as suas manufaturas de lã aumentaram, e a tal ponto se aperfeiçoaram, que tanto Portugal como o Brasil foram inteiramente supridos pelas fábricas nacionais, sendo as matérias primas desta manufatura lãs portuguesas e espanholas.

“Tal era a situação próspera do fabrico de panos em Portugal; mas esta prosperidade não era possível durar muito tempo: tal tem sido a má estrela, que sempre tem perseguido a infeliz Nação Portuguesa, essa estrela do Norte, ou para falarmos mais claro, essa estrela da Grã-Bretanha, nossa aliada invejosa e cheia de emulação pela nossa prosperidade.

“Ela não se descuidou de fazer com que o tirânico, imbecil e anti-patriota Governo Português, anuí-se a suas pretensões, tornando a admitir, pelo sobredito Tratado de Methuen, as fazendas de lã britânica, depois de uma exclusão de 20 anos, e isto a desprezo das instâncias e justas queixas dos nossos fabricantes, cujos estabelecimentos ficaram por isso arruinados!” (cf. Francisco de Assis Castro e Mendonça, “**Memória Histórica Acerca da Pérfida e Traíçoeria Amizade Inglesa**”, Typ. Faria e Silva, Porto, 1840, pp. 50-51).

A LOUCA

Em janeiro de 1785, quando Maria I, a Louca, proibiu as fábricas no Brasil, era ao regime do Tratado de Methuen que ela estava se submetendo. Este decreto (“alvará”) tem, aliás, uma redação muito interessante, do ponto de vista da história da submissão da monarquia lusitana:

“... sendo-me presente o



grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmos domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição, com que foram dadas aos proprietários delas.

“E até nas mesmas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis, e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes, como são os das referidas fábricas, e manufaturas.

“... e consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos frutos, e produções da terra, as quais somente se conseguem por meio de colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes: e sendo além disto as produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação, e do comércio entre os meus leais vassalos habitantes destes reinos, e daqueles domínios, que devo animar; e sustentar em comum benefício de uns, e outros, removendo na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciais, e nocivos.

“... em consideração de tudo o referido: hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata. De veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores: e de panos, baetas, drogues, saietas ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã; ou dos ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados, tecidos uns com os outros; excetuando tão somente aqueles dos ditos teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros (...)

“... todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas, que nelas, ou neles houver, e que se acharem existentes, dois meses depois da publicação deste; repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se o houver, e a outra metade pelos oficiais, que fizerem a diligência; e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais”.

No entanto, houve, antes de Dª Maria, a louca, uma tentativa de mudar essa situação. Oliveira Lima chamaria a essa tentativa, muito justamente, de “lampejo pombalino”, em virtude do homem que a empreendeu: o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, principal ministro de D. José I.

Continua na próxima edição

Mostra “100 Anos da Revolução de Outubro” no Cine-Sesc

Uma seleção de sete filmes produzidos pelo estúdio russo Mosfilm integra a mostra “100 Anos da Revolução de Outubro”, que o Cine-Sesc apresenta a partir da próxima quinta-feira (dia 28). O filme “Aleksandr Nevsky”, de Serguey Eisenstein, abre a programação, que prossegue até 4 de outubro.

A Mostra traz produções realizadas em diversas épocas e algumas premiadas como “O Caminho Para Berlim”, de Serguey Popov, que recebeu a Menção Ecumênica do Júri do Festival de Montreal; o Gran Prix do Júri do Festival de Cannes ganho por “Solaris”, de Andrei Tarkovsky, e o Urso de Ouro do Festival de Berlim, dado para “A Ascensão”, de Larissa Shepitko.

A Mostra integra o seminário internacional “1917: O Ano que Abalou o Mundo” promovido pelo Sesc São Paulo e a Editora Boitempo, reunindo mais de 30 conferencistas nacionais e estrangeiros.

Programação:
Quinta - 28/09
19h - Aleksandr Nevsky (1938) P&B – 108 min – Direção: Serguey Eisenstein
21h - Solaris (1971) Cor – 166 min – Direção: Andrei Tarkovsky
Sexta - 29/09
19h - Lenin em Outubro



“Lenin em Outubro”, de Mikchail Romm, é um dos destaques da programação, que estreia dia 28

(1937) P&B – 108 min - Direção: Mikhail Romm
21h - O Caminho para Berlim (2015) Cor – 82 min - Direção: Serguey Popov
23h - Tratoristas (1939) P&B – 82 min - Direção: Ivan Pyryev
Sábado - 30/09
19h - A Ascensão (1976) P&B – 111 min - Direção: Larisa Shepitko
21h - Aleksandr Nevsky (1938) P&B – 108 min - Direção: Serguey Eisenstein
23h - Sonhos (1993) Cor – 75 min - Direção e Argumento: Karen Shakhnazarov e Aleksandr Borodyansky
Domingo - 01/10
19h - Lenin em Outubro (1937) P&B – 108 min - Direção: Mikhail Romm

21h - Tratoristas (1939) P&B – 82 min - Direção: Ivan Pyryev
Terça - 03/10
19h - O Caminho para Berlim (2015) Cor – 82 min - Direção: Serguey Popov
21h - A Ascensão (1976) P&B – 111 min - Direção: Larisa Shepitko
Quarta - 04/10
19h - Sonhos (1993) Cor – 75 min – Direção e argumento Karen Shakhnazarov e Aleksandr Borodyansky
21h - Solaris (1971) Cor – 166 min – Direção Andrei Tarkovsky
Cine-Sesc: Rua Augusta, 2075, tel.11 3087-3577.
Preços: Inteira R\$ 12,00; meia R\$ 6,00; Credencial Sesc R\$ 3,50